



**MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Brasília, março de 2012

**MINISTÉRIO DO ESPORTE**  
**SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, março de 2012

## SUMÁRIO

1.0 IDENTIFICAÇÃO DA UJ .....	07
2.0 INTRODUÇÃO .....	08
3.0 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS .....	09
3.1 Responsabilidades institucionais da Unidade .....	09
3.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais .....	11
3.2.1 Síntese das principais realizações em 2011 .....	11
3.2.1.1 Estratégias da Unidade na realização das Políticas Públicas .....	12
3.2.2 Oportunidades vivenciadas a partir das ações executadas .....	13
3.2.3 Dificuldades encontradas e propostas para superá-las .....	19
4.0 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ .....	21
4.1 Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ .....	20
4.2 Principais ações do Programa .....	23
5.0 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO .....	48
5.1 Programação Orçamentária da Despesa .....	48
5.1.1 Programação de Despesas Correntes .....	48
5.1.2 Programação de Despesas de Capital .....	49
5.1.3 Quadro resumo da Programação de Despesas .....	49
5.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	50
5.2 Execução Orçamentária da Despesa .....	51
5.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ .....	51
5.3 Indicadores institucionais .....	54
6.0 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	56
7.0 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE .....	57
7.1 Composição do quadro de recursos humanos .....	57
7.2 Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária .....	58
7.3 Composição do quadro de recursos humanos por escolaridade .....	58
7.4 Quadro de custos de estagiários .....	59
7.5 Quadro de custos de recursos humanos .....	59
7.6 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da obrigação de entrega a DBR .....	59
7.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos .....	60
8.0 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO .....	60
8.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011.....	60
8.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse.....	60
8.3 Informações sobre a análise da prestação de contas de convênios e de contratos de repasse.....	61
8.4 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	62
8.5 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	64

9.0 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES CONTIDAS NAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	65
10.0 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNDEL EM 2011.....	66
11.0 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	66
12.0 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	66
13.0 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNDEL.....	67
14.0 INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO.....	67
15.0 INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNDEL.....	67
16.0 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	67
17.0 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	67
18.0 RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	67

## ANEXOS

## LISTAS

### QUADROS

QUADRO 01 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO 02 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

QUADRO 03 – METAS FÍSICAS 2011

QUADRO 04 – METAS FINANCEIRAS 2011

QUADRO 05 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2667 – FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

QUADRO 06 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: LOA MAIS CRÉDITOS 2011

QUADRO 07 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: PROGRAMAÇÃO NACIONAL

QUADRO 08 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: EMENDAS

QUADRO 09 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2C60 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER PARA PESSOAS ADULTAS E DE TERCEIRA IDADE – VIDA SAUDÁVEL

QUADRO 10 – RESULTADOS DA AÇÃO 2C60 – PELC VIDA SAUDÁVEL: LOA MAIS CRÉDITOS 2011

QUADRO 11 – RESULTADOS DA AÇÃO 2C60 – PELC VIDA SAUDÁVEL: PROGRAMAÇÃO NACIONAL

QUADRO 12 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8473 – FOMENTO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

QUADRO 13 – RESULTADOS DA AÇÃO 8473 – FOMENTO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

QUADRO 14 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2494 – REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

QUADRO 15 – RESULTADOS DA AÇÃO 2494 – REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

QUADRO 16 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2426 – FOMENTO A PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER – REDE CEDES

QUADRO 17 – RESULTADOS DA AÇÃO 2426 – FOMENTO A PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER – REDE CEDES – LOA 2011

QUADRO 18 - PESQUISAS APOIADAS PELA REDE CEDES 2003-2011/2012

QUADRO 19 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2428 – PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO ESPORTE E DE LAZER

QUADRO 20 – RESULTADOS DA AÇÃO 2426 – FOMENTO A PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER – REDE CEDES – LOA 2011

QUADRO 21 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8284 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO ESPORTE E LAZER

QUADRO 22 – RESULTADOS DA AÇÃO 8284 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO ESPORTE E LAZER

QUADRO 23 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8497 – CONCESSÃO DO PRÊMIO DE LITERATURA DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER/2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL

QUADRO 24 – RESULTADOS DA AÇÃO 8497 – CONCESSÃO DO PRÊMIO DE LITERATURA DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER/2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL

QUADRO 25 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2448 - SISTEMA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - CEDIME

QUADRO 26 – RESULTADOS DA AÇÃO 2448 - SISTEMA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - CEDIME

QUADRO 27 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

QUADRO 28 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

QUADRO 29 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

QUADRO 30 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

QUADRO 31 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

QUADRO 32 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO 33 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO 34 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO 35 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO 36 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO 37 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO 38 - PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 39 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

QUADRO 40 - SITUAÇÃO QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

QUADRO 41 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ EM 31/12/2012

QUADRO 42 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

QUADRO 43 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

QUADRO 44 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – Situação apurada em 31/12/2011

QUADRO 45 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – Situação apurada em 31/12/2011

QUADRO 46 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO 47 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

QUADRO 48 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA A DBR

QUADRO 49 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

QUADRO 50 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO 51 - INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO 51 - INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO 53 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO 54 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

## **ANEXOS**

ANEXO 01 – Relação de livros publicados pela Rede CEDES em 2011

ANEXO 02 - Cronograma 2011 – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

ANEXO 03 – Edital da Rede CEDES

ANEXO 04 – Pesquisas selecionadas no Edital 2011

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ

### RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação Ministério do Esporte			Código SIORG 36670
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa Secretaria Nacional de Esporte Lazer			
Denominação abreviada SNEDEL			
Código SIORG	Código LOA:	Código SIAFI:	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica Órgão Público			
Principal Atividade REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato	(061) 3217-9452	(061) 3217-9451	(061) 3217-9417
Endereço eletrônico			
Página da Internet: <a href="http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/">http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/</a>			
Endereço Postal SEPN Quadra. 511 Edifício Bitta, 2º Andar - CEP: 70.758-900 Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - DGI		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
180002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA - DGI		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
180002		00001	

## 2. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado tendo por base o **Programa 1250 – Esporte e lazer da Cidade** – que possui dois conjuntos de ações: **Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer** e **Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Estudos de Esporte e Lazer** – Rede CEDES, excetuando a Ação 5450 – Infraestrutura.

No primeiro conjunto de ações, os núcleos funcionam com atividades esportivas, recreativas e de lazer, desenvolvidas por parceiros conveniados com o Ministério do Esporte, envolvendo: todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) - **PELC TODAS AS**

**IDADES**; preferencialmente pessoas idosas, incluindo a faixa etária a partir de 45 anos - **PELC VIDA SAUDÁVEL**; jovens entre 15 e 24 anos que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vista à melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima - **PELC PRONASCI**.

No segundo conjunto de ações são implementadas pesquisas de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, o fomento e difusão de eventos científicos e o apoio a publicações - **PELC REDES CEDES**, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva.

O texto deste relatório está organizado em nove partes, sendo a primeira a identificação da UJ e a segunda a introdução. Nas seguintes, estão objetivos e metas institucionais, programas de governo sob a responsabilidade da UJ, desempenho orçamentário/financeiro, restos a pagar de exercícios anteriores, informações sobre recursos humano e transferências efetuadas no exercício. Na parte três estão as informações sobre responsabilidades da UJ, as estratégias de atuação frente às responsabilidades da UJ, incluindo a síntese das principais realizações, estratégias para execução das políticas públicas, oportunidades vivenciadas e dificuldades encontradas na execução das ações e as propostas para superá-las. Na parte quatro estão discriminadas as ações do Programa e os dados referentes às execuções físicas e financeiras de cada uma. Na parte cinco foram incluídos os quadros das programações orçamentárias, seguidos de análises críticas e de dados sobre o indicador institucional da UJ. Na parte seis estão informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores, na sete estão as informações sobre recursos humanos, na oito estão os dados referentes às transferências e prestações de contas efetuadas no período e na nove estão os resultados e conclusões.

Os itens que não se aplicam à realidade desta Secretaria incluem o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, estruturas de controles internos, gestão ambiental e licitações sustentáveis, gestão de bens imóveis de uso especial, gestão de tecnologia da informação, renúncias tributárias, deliberações do TCU atendidas ou pendentes no exercício, bem como as partes B e C do Anexo II BN TCU nº 107/2010.

Em relação às informações contábeis da gestão, a Declaração do Contador responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (ANEXO 01) e o rol de responsáveis (ANEXO 02) desta unidade estão em anexo.

### 3. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

#### 3.1 Responsabilidades institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) foi criada pelo Decreto n. 4.668, de 09 de abril de 2003, tendo como referência a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), especialmente considerando o art. 217 que trata do dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais e de lazer como direito de todos os cidadãos, e o art. 218, segundo o qual o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

A SNDEL foi criada com a **finalidade** de assegurar a configuração de uma política social do esporte e do lazer centrada no parâmetro do desenvolvimento humano, em cooperação técnica



e financeira com outros órgãos da administração pública federal, do Distrito Federal, estados, municípios, instituições de ensino superior e entidades não-governamentais sem fins lucrativos.

Finalidade consolidada e ampliada pelas contínuas demandas de interesse público, incluindo as necessidades específicas das ações estratégicas definidas pelas Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (2004 e 2006), a Política Nacional de Esporte (2005), o Plano Nacional Desenvolvimento do Esporte (2008-2011) e os Planos plurianuais - PPAs.

As **Diretrizes** da SNDEL são:

- ✓ democratização e universalização do acesso às práticas e conhecimentos sobre esporte e o lazer a todos os cidadãos brasileiros: crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas com deficiências, dos diferentes gêneros e etnias, com diferentes habilidades e potenciais corporais e, especialmente, pertencentes aos segmentos sociais e comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens educativa e econômica;
- ✓ desenvolvimento de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário e da transformação de políticas de governo em políticas de estado com vistas à garantia de direitos;
- ✓ valorização da diversidade cultural das práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional;
- ✓ desenvolvimento de ações estratégicas que articulem pesquisa com ações educativas, informação e práticas de gestão de políticas públicas, representando experiências indispensáveis à qualificação das políticas educativas de esporte e lazer como fator de desenvolvimento humano e inclusão social e cultural;
- ✓ implementação de ações intersetoriais, ampliando abrangência de atuação sobre os dilemas e oportunidades tratados;
- ✓ articulação de redes de cooperação com universidades, estados, municípios e outros ministérios, tendo em vista o trato das demandas sociais sob sua responsabilidade;
- ✓ articulação de redes de cooperação internacional, direcionadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia social em esporte e lazer, pautando-se pelo respeito à autonomia e a soberania cultural dos povos, assim como o espírito de colaboração solidária.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (**PELC**) é executado pela União, sob a responsabilidade do Ministério do Esporte em articulação com os órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios, Instituições de Ensino Superior e entidades privadas sem fins lucrativos, cuja natureza seja vinculada à garantia de acesso à prática, ao conhecimento ou à formação nos campos do esporte recreativo e do lazer de cunho social.

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) é responsável pelo PELC, que é um programa do tipo finalístico criado em 2003 e cujo problema gerador, que justifica a sua existência, é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.

### **OBJETIVOS DO PELC**

Seu objetivo central é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

### **PÚBLICO BENEFICIADOS**

**I** – Pessoas de todas as idades, gêneros, etnias, habilidades e potenciais corporais, especialmente, pertencentes aos segmentos sociais e comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens educativa e econômica.

**II** – Gestores, agentes sociais, formadores e pesquisadores de políticas públicas de esporte e lazer.

### **DIRETRIZES DO PELC**

**I** – **Garantir o acesso** às práticas e conhecimentos sobre esporte e o lazer a todos os cidadãos brasileiros;

**II** – **Desenvolver ações educativas** na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário e da transformação de políticas de governo em políticas de estado com vistas à garantia de direitos;

**III** – **Valorizar a diversidade cultural** das práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional;

**IV** – **Desenvolver ações estratégicas** que articulem pesquisas com ações educativas, informação e práticas de gestão de políticas públicas;

**V** – **Implementar ações intersetoriais**, ampliando abrangência de atuação sobre os dilemas e oportunidades tratados;

**VI** – **Articular redes de cooperação nacional** entre universidades, estados, municípios e outros ministérios, tendo em vista o trato das demandas sociais sob sua responsabilidade;

**VII** – **Articular redes de cooperação internacional**, direcionadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia social em esporte e lazer, pautando-se pelo respeito à autonomia e a soberania cultural dos povos, assim como o espírito de colaboração solidária.

### **EIXOS CENTRAIS DO PELC**

**1. Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer** - nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso com qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.

**2. Rede CEDES** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e do lazer.

**3. Formação continuada** - formação continuada de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educativas de esporte e lazer de inclusão social e cultural com autonomia dos sujeitos e protagonismo dos Estados e municípios nessas ações.

## **3.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **3.2.1 Síntese das principais realizações em 2011**

#### **1. Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES**

A Rede CEDES, desde a sua criação em 2004, já reuniu 63 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e o Distrito Federal; agregou 103 Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq; financiou 149 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, por 153 pesquisadores coordenadores, 533 outros pesquisadores participantes, somando 329 postos de trabalho criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, num investimento total de R\$ 4.367.015,93 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil, quinze reais e noventa e três centavos) .

O Edital Público de 2011 contou com a inscrição de 72 propostas, das quais 44 foram aprovadas. Participaram deste Edital Instituições de Ensino Superior, reunindo 63 núcleos da Rede CEDES, em 21 Estados e o Distrito Federal.

## **2. Publicações**

Dos cerca de cem livros já publicados pelos pesquisadores da Rede CEDES, em 2010 foram efetivadas a publicação de 28 obras (ANEXO 03). Também foram distribuídos 19.628 exemplares, beneficiando gestores, agentes e estudiosos envolvidos com as políticas sociais de esporte e lazer.

## **3. Difusão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - “2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL”**

A ação nº 8497, “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” orienta-se pelas demandas atuais do ME. Tem como objetivos incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que contribuam para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O concurso é realizado bianualmente, e nos anos ímpares, a começar pelo ano de 2009, é realizada a difusão dos trabalhos premiados por todo o país, com vistas à sua socialização e qualificação de gestores de políticas públicas de esporte e lazer.

Em 2011, os trabalhos foram socializados por todo país, dentre outras formas, por meio digital. Ao serem pagos, os convênios permitirão a divulgação impressa da Coletânea que reúne os 52 trabalhos classificados e os 5 selecionados em primeiro lugar das Regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste (Tese, Dissertação e Pesquisa Independente).

## **4. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**

Em 2011, o valor da Programação Nacional da ação 2667 foi acrescido do valor das Emendas Parlamentares aprovadas, no total de R\$ 38.912.040,00 (trinta e oito milhões, novecentos e doze mil e quarenta reais). A quantidade de emendas que indicaram recursos para o programa (89% do valor total do orçamento previsto) pode ser considerada um indicativo da efetividade da ação, do reconhecimento da sociedade na importância do Programa enquanto política social, que passa a ser demandada junto aos parlamentares, em suas bases.

Em 2011, não houve indicação de orçamento para o Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer no PRONASCI, no entanto, foram pagos os 08 convênios de 2010 que encontravam-se em restos a pagar.

Apesar da baixa execução física e orçamentária relacionada ao exercício orçamentário 2011, o Programa mantém-se em funcionamento, com uma média de 90 convênios, permanentemente em execução, beneficiando em torno de um milhão de pessoas. Estes dizem respeito a restos a pagar de 2010, que foram sendo pagos no exercício 2011.

Um dos destaques da ação em 2011 foi a implementação dos 3 primeiros **PELC indígenas**, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos, nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai. O primeiro **PELC em presídio** também está em implementação, e as **regiões rurais** também começam a ser atendidas pelo PELC em convênios com prefeituras e universidades.

## **5. Ações de formação e consolidação de redes de qualificação da informação**

O processo de formação é parte constitutiva do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, sendo obrigatória para todos os convênios firmados. Para a realização dos

módulos Introdutório e de Avaliação (de 32 horas cada), a Secretaria estabeleceu a parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais que realiza as referidas formações sob a responsabilidade do Ministério do Esporte. Considerando os dois módulos, introdutório e de avaliação, em 2011 foram realizados no PELC todas as idades (ação 2667) 144 cursos, que envolveram 4.975 agentes e gestores de esporte recreativo e de lazer.

Além da formação, os convênios são acompanhados e avaliados pelo processo de monitoramento e, em 2011 foram realizadas 118 visitas técnicas.

## 6. Articulações com parcerias institucionais

- Ministério da Justiça, para o acompanhamento dos Núcleos PELC/PRONASCI e elaboração do Edital a ser publicado.
- Ministério da Justiça, par AA publicação da *Coletânea PELC PRONASCI*, em seis volumes, com fundamentação teórica e orientações sobre as temáticas do esporte, lazer e segurança pública.
- MEC/Programa Mais Educação, para a confecção do Caderno do Macrocampo Esporte e lazer, *Sobre o Esporte e o Lazer*, publicado no link [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16727:publicacao-mais-educacao&catid=195:seb-educacao-basica&Itemid=1119](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16727:publicacao-mais-educacao&catid=195:seb-educacao-basica&Itemid=1119).
- MEC/Escola Aberta, para a publicação dos Cadernos Interativos – *Elementos para o desenvolvimento de Políticas, Programas e Projetos Intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo*.
- Poder legislativo, nas instâncias federal, estadual e municipal, no sentido de divulgar e consolidar papéis e responsabilidades de todos os entes envolvidos no desenvolvimento de políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social, e pleitear emendas parlamentares para a área.
- Ministério da Saúde, com o Programa Mais Saúde, para a realização do evento comemorativo ao dia Mundial da Atividade Física e do lançamento do Programa Academia da Saúde.
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para os encaminhamentos da proposta sobre *Envelhecimento Ativo e Saudável*.

## 7. Realização da Décima Primeira Edição dos Jogos dos Povos Indígenas

Os XI Jogos aconteceram de 05 a 12 de novembro de 2011, no município de Porto Nacional (TO). O evento é idealizado e realizado por iniciativa indígena pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Esporte, e desta edição participaram 34 etnias, sendo 28 com delegações e 6 representações, totalizando 1.400 indígenas.

## 8. Inclusão das temáticas de esporte e lazer nos diferentes segmentos, com participação de representantes da SNDEL

- Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETIC
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
- Conselho Nacional de Políticas Nacionais de Promoção da Igualdade Racial
- Comissão de Acompanhamento do PNDH3
- Grupo de trabalho sobre População de Rua

### 3.2.2 Estratégias da Unidade na realização das Políticas Públicas

**FOCO DA SNDEL:** ampliação do acesso às vivências e ao conhecimento do esporte recreativo e do lazer.

**ÁREA DE ABRANGÊNCIA:** a população em geral: gestores da área de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, comunidade acadêmica e agentes sociais, priorizando os grupos em condição de desigualdade social.

#### PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

##### ESTRATÉGIA 1 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

###### Principais ações:

- **Implementar o funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**, garantindo o acesso a políticas públicas educativas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, ministradas por profissionais das áreas correlatas ao esporte e ao lazer e por agentes sociais capacitados. As atividades contemplam as especificidades das diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência. São incluídas atividades de criação nacional e de identidade cultural, em núcleos com atividades sistemáticas, como oficinas de esporte recreativo, jogos, danças, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macros eventos de lazer. Os núcleos serão geridos pelas entidades conveniadas, com um conselho gestor e uma entidade de controle social que deverão primar pela participação da comunidade envolvida. Os núcleos serão, prioritariamente, para todas as idades, sendo permitido o desenvolvimento de ações que visem atender a demandas específicas como as de idosos e jovens, desde que com foco na sociedade como um todo.

- **Funcionamento de Núcleos do PELC Vida Saudável:** Promove o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo, de lazer e físicas, para pessoas com idade acima de 45 anos, atendendo pessoas com deficiências, em núcleos com atividades sistemáticas como oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macros eventos de lazer.

- **Funcionamento de Núcleos do PRONASCI/PELC:** Em parceria com o Ministério da Justiça, integrando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), de enfrentamento à violência e voltado para jovens de 15 a 24 anos, fomenta o desenvolvimento de atividades físicas, jogos, oficinas artísticas e culturais, skate, salas de leitura e de discussão de filmes, artes marciais, capoeira, ginástica e outras, específicas da cultura juvenil local, seguindo as diretrizes do Programa, atentando para as necessidades e interesses da juventude.

- **Implantação e modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer**, garantindo a vinculação entre construção, manutenção e animação dos espaços e equipamentos, com envolvimento direto da comunidade beneficiada no planejamento, execução e avaliação de cada uma das etapas. O Ministério do Esporte desenvolverá regulamentação específica que defina responsabilidades, para garantir que os espaços e equipamentos construídos com recursos do Governo Federal contemplem estes aspectos.

**Formas de participação:** O Funcionamento de Núcleos do PELC é desenvolvido por órgãos públicos federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais. Os projetos a serem apoiados (financeira e pedagogicamente) são selecionados por meio de Chamadas Públicas, divulgadas pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br), ou definidos por Emendas Parlamentares (apoio financeiro) e orientados pela SNDEL do Ministério do Esporte.

O Funcionamento do Núcleo do PRONASCI/PELC acontece nas comunidades mais expostas à violência segundo estatísticas nacionais, indicadas pelo Ministério da Justiça.

## **ESTRATÉGIA 2 – FOMENTO DE PESQUISAS**

### **Principais ações:**

- **REDE CEDES (Centros de Desenvolvimento de Esporte e Lazer) - Fomentar pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de lazer:** junto às IES, garantindo o estímulo, a produção e a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e do lazer.

**Formas de participação:** São apoiadas pesquisas induzidas (priorizadas pela SNDEL) ou semi-induzidas (selecionadas via Chamada Pública divulgada pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)), considerando nove linhas temáticas prioritárias para a Política Nacional do Esporte desenvolvida pela SNDEL:

**1. Memória** da educação física, do esporte e do lazer no Brasil.

**2. Perfil do esporte e do lazer** dos estados e municípios brasileiros.

**3. Avaliação de políticas públicas e programas** de esporte e lazer desenvolvidos pelo governo federal, em particular os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Bolsa Atleta.

**4. Fundamentos para novos programas sociais** de esporte e lazer de alcance nacional, que têm em vista o atendimento de demandas específicas como: fases da vida, gêneros, etnias/raças, deficientes, famílias, populações rurais, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, manifestações de identidade nacional, etc.

**5. Observatório do esporte**, desenvolvendo estudos sobre torcidas organizadas, violência no esporte, mídia esportiva, políticas públicas de esporte, legislação esportiva, educação olímpica, esporte escolar e universitário, megaeventos esportivos, futebol, dentre outros temas importantes para a Política Nacional de Esporte.

**6. Fundamentos para programas intersetoriais**, tendo em vista subsidiar ações integradas do esporte e lazer com outras áreas da política pública brasileira: educação, saúde, justiça, trabalho, juventude, idosos, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, turismo, direitos humanos, dentre outras.

**7. Gestão do esporte e do lazer**, desenvolvendo estudos sobre planejamento, gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias, controle social e outros temas que qualifiquem a gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

**8. Infraestrutura** de esporte e lazer, desenvolvendo estudos sobre implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infra-estruturas, prioritariamente públicas.

**9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer**, desenvolvendo estudos sobre fundamentos e referências, eixos e marcos legais, redes de interações, dentre outros aspectos fundamentais para a criação e implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

- **PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL:** Tem como objetivos incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que contribuam para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Concurso realizado bianualmente com consequente premiação e difusão dos três primeiros trabalhos classificados, por mérito, em cada uma das seguintes Categorias:

### **Categorias com Premiação Regional:**

**Categoria 1:** Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado e Pesquisa Independente

**Categoria 2:** Monografias de Graduação e Especialização Lato Sensu

**Categoria 3:** Relato de Experiência

## **Categorias com Premiação Nacional**

**Categoria 4:** Ensaio

**Categoria 5:** Mídias: (1) Jornalismo impresso; (2) Telejornalismo; (3) Fotojornalismo; (4) Webjornalismo; (5) Áudio visual educativo

**Formas de participação:** O Regulamento do Prêmio é divulgado via Edital pelo site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br), sendo as obras premiadas socializadas por meio de livros, vídeos, catálogos e palestras.

## **ESTRATÉGIA 3 - GESTÃO COMPARTILHADA**

Desenvolvimento de política compartilhada de programas e projetos de esporte e lazer com foco na formação continuada de pesquisadores, gestores, legisladores, agentes comunitários e outros parceiros do PELC, para trocas de experiências, organização de diretrizes e qualificação de práticas de gestão, contribuindo com a qualificação da Política Nacional do Esporte, a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de mecanismos e indicadores de controle e participação social.

- **Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer**, garantindo formação continuada de pesquisadores, gestores e agentes sociais, com foco na qualificação da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.

### **Ações e formas de participação**

- **Eventos científicos e tecnológicos de esporte e lazer:** Apoio e/ou realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outros eventos de abrangência nacional e/ou internacional, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos, assim como a divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, dos registros relativos aos conteúdos desenvolvidos. São apoiados projetos de educação física, esporte e lazer, de abrangência nacional e/ou internacional, desenvolvidos em continuidade, selecionados pela SNDEL, dentre os inscritos nesta Secretaria.

- **Eventos interdisciplinares de esporte e lazer:** Apoio a projetos de eventos de natureza interdisciplinar, de abrangência nacional, selecionados pela SNDEL dentre os inscritos nesta Secretaria, articulando a discussão sobre esporte recreativo e lazer, inclusive de criação nacional e identidade cultural, com temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outras ações transversais.

- **Formação de gestores, agentes comunitários e formadores:** Em parceria com universidades, ministérios e outros órgãos públicos, negociadas com a SNDEL, realização de cursos, palestras e seminários presenciais e à distância sobre políticas públicas de esporte e lazer.

- **Cooperação e intercâmbio técnico-científico:** Promoção de ações de cooperação e intercâmbio institucional, em âmbito nacional e internacional, negociadas com a SNDEL, com vistas ao fomento do desenvolvimento do esporte e do lazer a partir da troca de conhecimentos e experiências, estudos e pesquisas.

### **Ações intersetoriais:**

“**Jogos dos Povos Indígenas**”: Integra os Ministérios do Esporte, Justiça, Educação, Cultura, Saúde, Turismo, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, governos municipais e estaduais, com o Comitê Intertribal e outros parceiros.

“**Esporte, Lazer e Educação Integral**”: Ação integrada do Ministério do Esporte/Programa Esporte e Lazer da Cidade e Ministério da Educação/Programas Mais Educação e Escola Aberta com desenvolvimento de atividades de abrangência nacional e internacional.

## **ESTRATÉGIA 4 – INFORMAÇÃO E DIFUSÃO**

Desenvolvimento de política de documentação, informação e difusão, articulada a “gestão do conhecimento e da informação” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer. As ações desenvolvidas integram as atividades do CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade da SNDEL.

- **Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME:** Objetiva documentar, preservar e difundir conhecimentos e informações científicas, tecnológicas de esporte e lazer, sendo um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Utiliza-se de meios eletrônicos (digitalização, armazenamento e disponibilização de documentos, imagens e informações) e físicos (edição e distribuição de catálogos, livros, periódicos científicos, entre outros). Suas ações associam a recuperação e manutenção de acervos documental, museológico e bibliográfico com possibilidade de acesso aberto a diferentes públicos interessados em esporte e lazer, como pesquisadores, gestores, estudantes, comunidades, dentre outros.

**Principais atividades:**

- **Periódicos:** Apoio a periódicos brasileiros que registram, difundem e compartilham publicamente (por meio impresso e digital) o conhecimento construído nas áreas da Educação Física, do Esporte e do Lazer, contribuindo com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidas nestas áreas.

- **Publicações:** produção e difusão de publicações impressas e digitais de esporte e lazer, que possam contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico das políticas públicas nestes campos.

- **Repositório da Rede CEDES:** espaço para preservação da produção da Rede CEDES através do arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores. O repositório permite o gerenciamento da produção científica na forma digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

- **Eventos Científicos, Tecnológicos e Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer,** de abrangência nacional e internacional, garantindo a natureza específica de cada um e o fomento de ações que envolvam temas afetos à Política Nacional e Esporte, destacando-se o esporte recreativo e de lazer.

**Formas de participação:** Análise e seleção individual de pleitos, para apoio técnico e apoio financeiro dentro do limite orçamentário da SNDEL, considerando os critérios pré-estabelecidos nas diretrizes e estratégias de cada ação, os princípios da democratização e da priorização social e o equilíbrio regional.

**CONCEITOS ESTRUTURANTES DO PELC**

**I – ESPORTE RECREATIVO:** dimensão social do esporte, na qual a prática se dá de maneira redimensionada, recriada e reinventada, não restrita às delimitações das regras oficiais, o que permite aos participantes usufruírem de atividades lúdicas, prazerosas, solidárias e de enriquecimento cultural, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia e da sensibilidade frente às questões sociais. Não tem caráter competitivo nem seletivo.

**II – LAZER:** cultura vivida com alegria e liberdade, no tempo disponível, fora das obrigações sociais. Tempo, espaço e oportunidade privilegiados para vivências lúdicas, para divertir-se de diferentes modos, participar de diferentes formas (assistindo, praticando, conhecendo) em diferentes momentos e espaços. Como fator de qualidade de vida, o lazer é compreendido como



meio e fim educativos para a formação de valores voltados à humanização das relações, podendo contribuir para o desenvolvimento social, cultural e humano.

**III – EVENTOS:** atividades recreativas e de lazer que acontecem, esporadicamente, visando a integração da comunidade. Têm caráter interdisciplinar e contemplam ações desenvolvidas, participativamente, no tempo e espaço de lazer, a partir de atividades transversais que envolvem temas afetos à área como: meio ambiente, educação, saúde, cultura, segurança, direitos humanos, dentre outros.

**IV – INCLUSÃO SOCIAL:** conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos direitos sociais, provocada pela diferença de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos. Garantia a todos de oportunidades de acesso aos diversos bens e serviços disponíveis na sociedade com vistas a melhoria da qualidade de vida.

**V – FORMAÇÃO:** ação educativa continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural.

**VI – FORMADOR:** profissional com experiência e conhecimento na área de políticas públicas de esporte e lazer e, mais especificamente, a respeito do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que atua junto aos parceiros, desenvolvendo ações de formação de agentes sociais e gestores.

**VII – AGENTE SOCIAL:** Pessoa que atua no desenvolvimento de ações relacionadas ao Programa, como mobilizador, aglutinador, organizador, animador, mediador e arrematador das atividades de lazer junto às comunidades, devendo estar qualificado para interagir com as demais áreas sociais e profissionais e com a cultura local.

**VIII – PESQUISA:** fomento de estudos, fundamentados na pesquisa social, sobre temas prioritários para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior de todas as regiões brasileiras, expandindo e modernizando a base científico-tecnológica que vem sendo construída sobre esporte e lazer pela pesquisa social no Brasil.

**IX – PESQUISADOR:** estudioso vinculado à Instituição de Ensino Superior (IES) pública e privada sem fins lucrativos, que atua na investigação, produção e disseminação do conhecimento produzido com base na pesquisa social de esporte e lazer, na perspectiva de cooperar com a qualificação das políticas públicas da área.

**X – GESTÃO COMPARTILHADA:** Política compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, articulando redes de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros do PELC, estabelecendo trocas de experiências, organizando diretrizes e qualificando práticas de gestão, contribuindo com a qualificação da Política Nacional do Esporte, a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de mecanismos e de indicadores de controle e participação social.

**XI – INFORMAÇÃO:** política de documentação, informação e difusão, articulada a “gestão do conhecimento e da informação” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer.

### 3.2.3 Oportunidades vivenciadas a partir das ações executadas

- ✓ A livre adesão e motivação dos pesquisadores, formadores agentes e gestores para o trabalho cooperativo, consolidando a ação em “rede”.
- ✓ A consolidação de parcerias para a execução de atividades científicas, pedagógicas e técnicas.

- ✓ A interface com o Ministério da Educação e Ministério da Justiça, protagonizada pela SNDEL, para realização de pesquisas e publicações que atendam demandas de indígenas e quilombolas, e a qualificação do Sistema de Formação do PELC.
- ✓ O reconhecimento da ação política, científica e pedagógica pelo Governo (Federal, estadual e municipal), Universidades e gestores do esporte.
- ✓ O reconhecimento da ação política do Ministério do Esporte para o fortalecimento da pesquisa social na área da Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil, com impactos na área 21 da CAPES e no desenvolvimento da Pós Graduação no Brasil nos campos implicados.
- ✓ Manutenção do Repositório da Rede CEDES como um passo inicial para a implantação tecnológica do CEDIME, que deverá contemplar a sistematização e difusão de informações e conhecimentos acumulados pelo Ministério do Esporte como um todo, bem como subsidiar a implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, uma das metas prioritárias do Plano Decenal aprovado pela 3ª Conferência Nacional do Esporte.
- ✓ Ampliação de ações interministeriais/intersetoriais com MEC, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, SEPIR, Secretaria de Direitos Humanos e Ministério do Turismo.
- ✓ Cooperação Internacional: Manutenção da Rede Latino-americana de Políticas Públicas integradas de Esporte, Lazer e Educação (ME/MEC/OEI e diferentes parceiros nacionais e internacionais); Cooperação Brasil – África; Cooperação Brasil e outros países e continentes.
- ✓ Reconhecimento da ação de funcionamento de núcleos enquanto política pública, refletido na quantidade de emendas parlamentares apresentadas ao Programa.
- ✓ Lançamento e distribuição das coletâneas *Cadernos Interativos - elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo e Política intersetorial PELC/PRONASCI*, que oferecem subsídios que contribuem com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer.
- ✓ Implementação dos primeiros PELC indígenas, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos. Estão em funcionamento nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai. O primeiro PELC em presídio também está em implementação, procurando superar as dificuldades de acesso aos presídios para garantir o direito ao esporte e ao lazer a este público. As regiões rurais também começam a ser atendidas pelo PELC em convênios com as prefeituras e universidades.
- ✓ Realização de 180 módulos de formação, capacitando 5.393 agentes sociais, coordenadores e gestores do Programa em 20 estados da federação, sendo 140 formações da ação 2667, PELC todas as idades e 14 do PRONASCI; e 26 da ação 2C60, Vida Saudável. Foram desenvolvidos 73 Módulos Introdutórios e 107 de Avaliação.
- ✓ Realização de dois encontros de formadores, nos quais se discutiu o processo de formação e propostas de qualificação do Programa.
- ✓ Desenvolvimento e implantação da plataforma *on line* Fórum PELC Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que permite a interação entre os formadores, gestores e coordenação do Programa.
- ✓ Elaboração e distribuição de um material de orientação aos parlamentares, acerca das orientações para apresentação de emendas ao Programa.
- ✓ Realização da 11ª Edição dos Jogos dos Povos Indígenas.

### **3.2.4 Dificuldades encontradas e propostas para superá-las**

O Programa Esporte e Lazer da Cidade vivenciou uma situação atípica em 2011, considerando a decisão política do Ministério do Esporte, tomada em fevereiro e efetivada em

julho de 2011, de extinguir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL, responsável pela sua execução. Nesta configuração durante o período em questão o Programa passou à responsabilidade da nova Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, criada em 21 de julho de 2011, pelo Decreto nº 7.529. O plano de ação 2011 da Secretaria extinta contava com um cronograma (ANEXO 04), o qual não foi cumprido em sua maior parte, considerando a mudança estrutural.

Somado ao processo de reestruturação, o contingenciamento orçamentário contribuiu para que diversas ações previstas não pudessem ser concretizadas, conforme pode ser observado na relação com o Relatório de Gestão do Exercício de 2010. As dificuldades elencadas na sequência dizem respeito ao período de janeiro á julho, quando a SNDEL foi extinta. Optamos por não colocar propostas para superação, considerando os fatos já relatados.

- ✓ Poucos recursos humanos e financeiros da Secretaria para garantir o atendimento da demanda nacional, conforme pode ser percebido ao longo do relatório.
- ✓ Integração insuficiente entre os Programas do Ministério e desses com as demais Políticas Federais relacionadas.
- ✓ Fragilidade na garantia de atuação dos agentes como multiplicadores da educação para e pelo esporte/lazer.
- ✓ Inexistência de um Sistema Nacional que defina papéis/responsabilidades de cada ente da Federação e contribua com o desenvolvimento da área.
- ✓ Pouca compreensão da sociedade, reforçada pela atuação da mídia, acerca da importância do esporte e do lazer como políticas sociais.
- ✓ Fragilidade da estrutura do Ministério, especialmente no tocante à infraestrutura e recursos humanos, gerando lentidão e burocratização nos trâmites internos.
- ✓ Dificuldades de garantir a priorização das diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade em alguns espaços onde o mesmo é implementado.
- ✓ Falta de integração efetiva entre conhecimento (pesquisa, formação e difusão), infraestrutura e funcionamento dos núcleos entre si e com as outras áreas das políticas sociais.
- ✓ Inexistência de um sistema on-line para criar uma tecnologia informacional na SNDEL que permita a gestão, o processamento e a disseminação da informação de forma eficaz.

#### **4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ**

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ  
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1250		Denominação: Secretaria Nacional de Esporte Lazer				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social						
Objetivos Específicos: O Programa será implantado de forma descentralizada, por meio da celebração de convênios com municípios, estados e entidades não governamentais referenciados em normas e procedimentos legais vigentes, e ainda considerando a disposição dos agentes e parceiros em garantir a gestão participativa e democrática do Programa, afirmando o Esporte e o Lazer como Direitos Sociais, e nesta perspectiva: a) fomentar a implementação dos Conselhos Municipais de esporte e lazer; b) aplicar metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas; e c) programar a formação de agentes sociais de esporte e lazer em conformidade com os requisitos conceituais do Programa.						
Gerente: Afonso Barbosa			Responsável: Afonso Barbosa			
Público Alvo: Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem rendimento						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
17.675.370,00	17.675.370,00	5.029.101,00	1.108.720,00	-	719.460,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	percentual	31/12/2011	2,00	10,00	10,00	2,80
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Número de pessoas atendidas-beneficiadas no Programa / n° de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem renda.						

Em relação ao índice alcançado, vale ressaltar que o indicador utilizado é resultado de apenas duas das doze ações inscritas no Programa. A ação de maior orçamento (5450 – Implantação de infraestrutura de esporte recreativo e de lazer) não compõe o cálculo do indicador e não faz parte das ações desta Secretaria. Apesar do resultado percentual baixo, consideramos significativa a cobertura e a qualidade do Programa enquanto política pública.

#### 4.1 Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ

O exercício 2011 da SNDEL apresenta os seguintes resultados, enquanto metas físicas e financeiras, destacadas nos quadros a seguir:

### METAS FÍSICAS

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	1250 - Esporte Lazer na Cidade	2C60 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	91.800	16.000	*
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	1250 - Esporte Lazer na Cidade	2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	A - Atividade	3 - Demais ações prioritárias	Unidade	302.992	13.200	*
27 - Desporto e Lazer	812 - Desporto Comunitário	1250 - Esporte Lazer na Cidade	8473 - Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	A - Atividade	4- Ação não prioritária	Unidade	60.000	0	*

QUADRO 03 – METAS FÍSICAS 2011

Código da Ação	Previsto	Empenhado	Realizado (pago)	Indicador
8497	03	05	0	Obra editada
2426	28	06	03	Pesquisa realizada
2428	05	05	03	Evento realizado
2448	04	04	03	Instituição apoiada
2667	1.219.440	203.185	21.503	Pessoa beneficiada
2C60	91.800	14.514	14.514	Pessoa beneficiada
8473	182	2	0	Evento realizado
8284	350	78	78	Município atendido
2494	40	34	34	Etnia beneficiada

**8497** - Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo de Lazer – Nacional

**2426** - Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede Cedex

**2428** - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos Voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional

**2448** – Sistema de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME

**2667** - Funcionamento de Núcleos de Esporte e Lazer – Nacional

**2C60** - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas -Vida Saudável – Nacional

**8473** - Fomento de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional

**8284** - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer – Nacional

**2494** - Realização dos Jogos dos Povos Indígenas

### METAS FINANCEIRAS

QUADRO 04 – METAS FINANCEIRAS 2011

Código da ação	Nome da ação	Previsão inicial LOA 2009	Empenhos	Valores Pagos	%
2494	Realização dos Jogos dos Povos indígenas	1.500.000,00	1.292.955,15	1.292.955,15	86,20
2272	Gestão e Administração do Programa	3.542.713,00	3.501.328,51	3.440.143,77	98,83
2426	Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES	1.000.000,00	557.778,28	40.693,16	55,78
2428	Promoção de eventos científicos e	800.000,00	529.597,50	135.597,50	66,20

	tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer				
2448	Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME	200.000,00	161.002,68	137.006,68	68,50
2667	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	43.887.410,00	5.079.642,54	537.595,52	11,57
2C60	Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas - Vida Saudável	2.550.000,00	399.145,97	181.864,00	15,65
4641	Publicidade de utilidade pública	3.150.000,00	3.150.000,00	1.146.174,46	100
8284	Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer	350.000,00	100.000,00	100.000,00	28,57
8473	Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	20.550.000,00	1.700.000,00	0	8,27
8497	Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer	100.000,00	100.000,00	0	100
	<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>77.630.123,00</b>	<b>16.571.504,63</b>	<b>7.012.030,24</b>	<b>21,35</b>

\* A ação 5450- IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER – é de responsabilidade da Secretaria Executiva, e não foi somada neste quadro.

## 4.2 Principais ações do Programa

### 4.2.1 AÇÃO 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer

QUADRO 05 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2667 – FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Promover o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer, incluindo o de criação nacional e de identidade cultural, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer.
<b>Descrição</b>	Apoio ao funcionamento de núcleos de esporte e lazer em organizações não-governamentais, órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, aquisição e/ou locação de materiais de consumo e materiais permanentes, relacionados ao esporte e ao lazer, didáticos e administrativos. Na ação o valor de cada núcleo é estimado em R\$ 100.000,00 e beneficia a, aproximadamente, 4.000 pessoas, entre as participantes das atividades sistemáticas e dos eventos.
<b>Unidade responsável</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

<i>pelas decisões estratégicas</i>	
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	Cláudia Regina Bonalume
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

### Principais resultados:

QUADRO 06 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: LOA MAIS CRÉDITOS 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	Limite utilizado (empenhos)	% execução*
<b>Financeira (R\$)</b>	43.887.410	537.595,52 1,22%	5.079.642,54	11,57
<b>Física</b>	1.219.440	21.503 1,76%	203.185	16,66

\* Tendo por base os valores empenhados.

#### a) Programação nacional

QUADRO 07 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: PROGRAMAÇÃO NACIONAL

Empenhados	<b>12</b>
Pagos (dos 12 empenhados)	<b>5</b>
Restos a Pagar	<b>7</b>

Em 2011, a ação 2667 possuía na Programação Nacional o valor de R\$ R\$ 7.575.370,00 (sete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta reais), sendo que R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) foram provenientes de ajuste do Congresso Nacional, ligados a Emendas Parlamentares. Para definição da destinação dos R\$ 4.975.370,00 (quatro milhões, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e setenta reais) foi elaborado edital de chamada pública, que não foi aberto por consequência do processo de reestruturação regimental do Ministério do Esporte e do contingenciamento de mais de 50% dos recursos desta Programação. A gestão do Programa optou então por firmar convênios com entidades públicas que já haviam tido seus projetos aprovados em editais anteriores e demonstrado boa execução do objeto.

#### b) Emendas

QUADRO 08 – RESULTADOS DA AÇÃO 2667: EMENDAS

Empenhados	<b>02</b>
Pagos (dos 2 empenhados)	<b>00</b>

O valor da Programação Nacional foi acrescido do valor das Emendas Parlamentares aprovadas, no total de R\$ 38.912.040,00 (trinta e oito milhões, novecentos e doze mil e quarenta reais). Inicialmente este recurso foi totalmente contingenciado, tendo um pequeno percentual liberado em dezembro de 2012, o que dificultou a execução devido à complexidade do processo de elaboração dos projetos, que demanda tempo e planejamento, que não foram disponíveis pela proximidade do final do exercício orçamentário.

Ressalta-se que devido à extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e às dificuldades enfrentadas no processo de transição as metas físicas do Programa não foram alimentadas e validadas de setembro a novembro de 2011. Em dezembro os números lançados estão aquém do real, o que justifica a divergência entre este relatório e os dados constantes no SIGPLAN. No tocante às metas físicas previstas, o cálculo realizado para as emendas parlamentares, no SIGPLAN, não é coerente com o utilizado para a Programação Nacional (4.000 beneficiados por núcleo, ao custo anual de R\$ 100.000,00), por isso não foi considerado no relatório.

A quantidade de emendas que indicaram recursos para o programa (89% do valor total do orçamento previsto) pode ser considerada um indicativo da efetividade da ação, ou seja, na medida em que a sociedade conhece o Programa, reconhece sua importância enquanto política social e passa a demandá-la junto aos parlamentares, em suas bases.

### c) PELC PRONASCI

A parceria com o Ministério da Justiça, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) previa realização de edital de chamada pública para seleção de projetos, o qual chegou a ser discutido com os ministérios parceiros, mas não foi efetivado, por decisão do Ministério da Justiça. Para 2011, não houve indicação de orçamento para o Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer no PRONASCI, no entanto, foram pagos os 08 convênios de 2010 que se encontravam em restos a pagar.

Apesar da baixa execução física e orçamentária relacionada ao exercício orçamentário 2011, o Programa mantém-se em funcionamento, com uma média de 90 convênios, permanentemente em execução, beneficiando em torno de um milhão de pessoas. Estes dizem respeito a restos a pagar de 2010, que foram sendo pagos no exercício 2011.

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita por um ano de participação nas atividades é de R\$ 25,00. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

Um dos destaques de 2011 foi a implementação dos primeiros **PELC indígenas**, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos. Estão em funcionamento nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai, além de ter sido firmado convênio com a Prefeitura de Dourados para desenvolvimento de dois núcleos na Vila Olímpica Indígena, construída no Município com recursos de emenda parlamentar, via Ministério do Esporte. O primeiro **PELC em presídio** também está em implementação, procurando superar as dificuldades de acesso aos presídios para garantir o direito ao esporte e ao lazer a este público. As **regiões rurais** também começam a ser atendidas pelo PELC em convênios com prefeituras e universidades.

O processo de formação é parte constitutiva do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, sendo obrigatória para todos os convênios firmados. É realizada em dois módulos de 32 horas cada, sendo o primeiro “Introdutório”, desenvolvido no início das atividades, e o segundo de “Avaliação”, subdividido em 16 horas na metade da execução e outras 16 no final. Para o desenvolvimento destes módulos, a Secretaria firmou parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que está responsável pela capacitação e disponibilização de formadores às entidades conveniadas, ficando o controle da realização das referidas formações sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

Considerando os módulos introdutório e de avaliação, em 2011 foram realizados no PELC todas as idades (Ação 2667) 144 cursos, que envolveram 4.975 agentes e gestores de



esporte recreativo e de lazer. Além disso, a entidade conveniada deve realizar o módulo de aprofundamento, que consiste de atividades sistemáticas de planejamento e estudos com seus agentes.

Os formadores atuam diretamente junto às entidades conveniadas, para elaboração da programação das formações, as quais são submetidas à aprovação da UFMG e do Ministério do Esporte. Após a realização de cada módulo, o formador encaminha relatório, no qual constam dados gerais sobre a formação realizada e sobre as observações referentes ao convênio em questão. O grupo de formadores teve dois encontros de capacitação no exercício em questão.

Além da formação, os convênios são acompanhados e avaliados pelo processo de monitoramento e visitas técnicas realizadas na medida do possível, considerando a escassez de recursos humanos e de diárias e passagens. No monitoramento processual dos autos são acompanhados, analisados e diligenciados, prioritariamente, os seguintes passos:

1. Convênio assinado pelas partes e publicação no DOU juntado ao processo.
2. Ofício do Ministério encaminhando uma via do convênio e uma cópia da publicação para a conveniente.
3. Ofício do Ministério comunicando pagamento (1º mês).
4. Publicação no DOU da prorrogação de ofício, quando for o caso.
5. Ofício da entidade solicitando material do Pintando (1º ou 2º mês) e encaminhamentos por parte do Ministério.
6. Ofício da entidade comunicando recebimento do material.
7. Ofício da Entidade agendando módulo introdutório, formação (2º mês após pagamento) e encaminhamentos por parte do Ministério.
8. Grade horária com nome dos coordenadores e agentes (enviada até o 3º mês após pagamento) e 15 dias após a formação e análise da grade horária pelo Ministério.
9. Ofício da Entidade comunicando início das atividades.
10. 1º Relatório de Execução (5º mês após pagamento ou 3 meses após início das atividades) e análise do Ministério.
11. Solicitação de agendamento do Módulo de Avaliação I, 6 meses após o início das atividades e encaminhamentos do Ministério.
12. 2º Relatório de Execução (10º mês após pagamento ou 8 meses após início das atividades) e análise do Ministério.
13. Solicitação de agendamento do Módulo de Avaliação III, no último mês de execução, e encaminhamentos do Ministério.
14. Relatório de Execução do Objeto (Final).
15. Ofícios da SNDEL com solicitações não respondidas ou prazos não cumpridos pela entidade.

Em 2011 foram realizadas 118 visitas técnicas, envolvendo as ações 2667 (incluindo o PRONASCI) e 2C60 para fiscalização e acompanhamento da execução. As referidas visitas resultaram em diversos ajustes demandados aos convenientes e em algumas solicitações de rescisão do convênio, após a constatação do não cumprimento do objeto, após de garantido o direito de ajuste à entidade.

### **Principais dificuldades**

1. O processo de reestruturação regimental do Ministério, o qual se estendeu ao longo de todo o ano de 2011 e gerou diversas dificuldades para a execução da Ação, entre elas a redução da equipe, que já era restrita, atrasando processos de conveniamento, monitoramento e análise de prestações de contas. As ações de funcionamento de Núcleos

2667, 2C60 e PRONASCI, Jogos Indígenas e Eventos Interdisciplinares contavam com a estrutura de um Departamento com Direção, duas Coordenações Gerais, duas Coordenações e mais 18 pessoas, considerando técnicos, consultores, terceirizados e estagiários. A partir da reestruturação, passaram a ficar sob a responsabilidade de duas Coordenações Gerais, uma Coordenação e nove pessoas.

2. O contingenciamento orçamentário de mais de 50% da programação nacional e de 100% das emendas parlamentares, mantido até dezembro de 2011 impossibilitou o recebimento, aprovação e conveniamento de um percentual maior de recursos.
3. O fato de 89% do recurso da ação ser proveniente de emenda parlamentar é considerado positivo, no tocante ao reconhecimento da ação e do esporte e lazer enquanto direitos sociais; por outro lado, gera uma série de dificuldades operacionais, como a não liberação dos recursos, a indicação de parceiros cuja capacidade técnico-operativa é considerada ruim, a demora na indicação das entidades para recebimento dos recursos e a impossibilidade de adoção de alguns dos critérios para a execução da ação, como a seleção de entidades por edital de chamada pública, que considere as demandas e necessidades regionais.
4. A não realização do Edital do PRONASCI, nem repasse de recursos para execução do PELC nos Territórios da Paz, o que interrompe uma ação do PELC que vinha sendo realizada com muito êxito.  
A impossibilidade de realização da Reunião Nacional de Agentes, Gestores, Formadores e Pesquisadores do Programa, por falta de recursos orçamentários, o que prejudica o processo de consolidação nacional das diretrizes do Programa e, conseqüentemente, sua qualificação.
5. A publicação do Decreto 7.568/2011, em setembro de 2011, que determinou a realização de edital de chamada pública para conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos, o que não foi possível de ser concretizado com os recursos previstos para emendas parlamentares destinadas à ação, que representaram a maior parcela do orçamento. Poucos parlamentares conseguiram, em tempo, rever suas indicações e alterar a GND das emendas.

### **Contratações e parcerias**

A ação conta com parcerias que contribuem significativamente com sua qualificação, tais como:

1. A Rede CEDES, ação que também faz parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, pela produção e difusão de conhecimentos relacionados ao esporte recreativo e de lazer, que qualifica as políticas públicas de esporte e lazer, entre as quais a ação se inclui.
2. Outros programas federais como o PRONASCI, o Mais Educação, o Escola Aberta, o Mais Saúde, entre outros, permitem que a ação tenha reforçado seu caráter intersetorial, que é imprescindível para sua qualificação.

### **Transferências**

A ação é viabilizada por transferências voluntárias, através de convênios e destaques orçamentários a organizações públicas e privadas sem fins lucrativos. Em 2011, os pleitos foram selecionados via indicações de parlamentares para as emendas, e seleção de projetos com boa execução anterior para a programação nacional.

Os convênios empenhados e pagos ficaram assim distribuídos:

- **Região Norte:** não foi firmado convênio em 2011;
- **Região Sul:** 3 convênios: Universidade Federal de Santa Maria, Prefeitura de Porto Alegre, Prefeitura de Dionísio Cerqueira;

- **Região Centro-Oeste:** 2 convênios: Prefeitura de Tabaporã, Prefeitura de Dourados;
- **Região Sudeste:** 4 convênios: Universidade Federal de Minas Gerais (formação), Prefeitura de Queimados, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de João Molevade;
- **Região Nordeste:** 4 convênios: Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, Prefeitura de Aracajú, IFECT Campus Barreiros, IFECT Natal e Prefeitura de Sobral.

Outra questão a ser destacada no exercício 2011 foi a publicação do Decreto 7.592 de 28/10/2011, que determinou a avaliação dos convênios com entidades privadas sem fins lucrativos. A ação 2667 teve 24 convênios atingidos pelo Decreto, dos quais 15 foram considerados regulares, 5 com irregularidades possíveis de serem sanadas e 4 irregulares encaminhados para rescisão. Os convênios com entidades privadas sem fins lucrativos oriundos de emendas parlamentares, que não haviam sido pagos até a publicação do Decreto, eram 29 (vinte e nove) e foram todos rescindidos por decisão do titular da pasta.

Ao longo dos nove anos de existência do Programa, já foi possível constatar que diversas Prefeituras mantiveram as ações desenvolvidas durante o período de conveniamento após o encerramento da parceria, incorporando-as às políticas locais de garantia dos direitos sociais. Este tipo de resultado faz com que se comece a vislumbrar a possibilidade da efetivação de políticas públicas de esporte e de lazer avançando de ações de governos para ações de Estado.

Vale salientar a grande dificuldade das entidades, tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos, para elaboração dos projetos, preenchimento do SICONV, execução adequada do objeto pactuado e prestação de contas. Esta dificuldade é ainda maior nas entidades indicadas por emenda parlamentar. Acreditamos que a falta de recursos humanos qualificados em áreas diversas como: elaboração de Projetos; monitoramento de sistemas de execução; gestão de recursos humanos; aquisição de materiais e equipamentos; e prestação de contas, seja a principal causa dos problemas enfrentados pelas entidades, além, é claro, de algumas situações que caracterizam má fé. Com vistas a amenizar estas dificuldades, a equipe técnica que atua na ação desempenha um papel de orientação em todas as etapas. Além disso, foram desenvolvidos manuais de apoio, que estão disponibilizados no site do Ministério e em materiais impressos. Quando constatada a não execução adequada do objeto e esgotadas as possibilidades de correção, o convênio é rescindido e os recursos devolvidos.

#### **4.2.2 Ação 2C60 – Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer para Pessoas Adultas e de Terceira Idade – Vida Saudável**

QUADRO 09 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2C60 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE LAZER PARA PESSOAS ADULTAS E DE TERCEIRA IDADE – VIDA SAUDÁVEL

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Promover o desenvolvimento de núcleos de atividades físicas, esportivas e de lazer, à faixa etária a partir de 45 anos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dessa população, atendendo, também, pessoas com deficiência, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de eventos de lazer.
<b>Descrição</b>	Apoio ao funcionamento de núcleos de Vida Saudável, em organizações não-governamentais, órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, aquisição e/ou locação de materiais de consumo e materiais permanentes e/ou equipamentos esportivos e de lazer, didáticos e administrativos. Cada núcleo do Vida Saudável custa, em média, R\$ 55.000,00 e beneficia cerca de 2.000 pessoas, entre as atividades sistemáticas e os eventos.
<b>Unidade responsável</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

<i>pelas decisões estratégicas</i>	
<i>Coordenador da ação</i>	Cláudia Regina Bonalume
<i>Unidades executoras</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

## Resultados:

QUADRO 10 – RESULTADOS DA AÇÃO 2C60 – PELC VIDA SAUDÁVEL: LOA MAIS CRÉDITOS 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	Limite utilizado	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	2.550.000,00	181.864,00 7,13%	399.145,97	15,65
<b>Física</b>	91.800	6.612	14.514	15,81

QUADRO 11 – RESULTADOS DA AÇÃO 2C60 – PELC VIDA SAUDÁVEL: PROGRAMAÇÃO NACIONAL

Empenhados	<b>02</b>
Pagos (entre os empenhados)	<b>02</b>
Restos a Pagar	<b>7</b>

Em 2011, a ação 2C60 dispunha, em recursos da Programação Nacional, de um orçamento de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), os quais foram acrescidos de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em emendas parlamentares, totalizando uma previsão orçamentária de R\$ 2.550.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais).

Para definição da destinação dos recursos da Programação Nacional, foi elaborado edital de chamada pública, o qual não pode ser aberto por consequência do processo de reestruturação regimental do Ministério do Esporte e do contingenciamento de mais de 60% dos recursos desta Programação. A opção da gestão foi por firmar convênio com entidades públicas que já haviam tido seus projetos aprovados em editais anteriores e demonstraram boa execução do objeto; porém, considerando as questões já elencadas, apenas dois convênios foram firmados nesta ação, um com a Universidade Federal Fluminense e outro com a Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande/MS.

O valor das Emendas Parlamentares aprovadas para esta ação foi totalmente contingenciado, o que impediu a execução. Ressalta-se que devido à extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer e às dificuldades enfrentadas no processo de transição as metas físicas do Programa não foram alimentadas e validadas de setembro a novembro de 2011, o que justifica a divergência entre este relatório e os dados constantes no SIGPLAN.

Apesar da baixa execução física e orçamentária relacionada ao exercício 2011, o Programa mantém-se em funcionamento com uma média de 10 convênios, permanentemente em execução. Estes dizem respeito a restos a pagar de 2010, que foram pagos no exercício 2011.

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita por um ano de participação nas atividades é de R\$ 27,50. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

A formação é, também, parte constitutiva do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, sendo obrigatória para todos os convênios firmados, e é realizada em dois módulos de 32 horas cada, sendo o primeiro “Introdutório”, desenvolvido no início das atividades, e o segundo de “Avaliação”, subdividido em 16 horas na metade da execução e outras 16 no final. Para o desenvolvimento destes módulos, a Secretaria firmou parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que é responsável pela capacitação e disponibilização de formadores às entidades conveniadas, ficando o controle da realização das referidas formações sob a responsabilidade do Ministério do Esporte.

Considerando os módulos introdutório e de avaliação, em 2011 foram realizados 36 cursos na ação Vida Saudável, que envolveram 418 agentes e gestores de esporte recreativo e de lazer. Além disso, a entidade conveniada deve realizar o módulo de aprofundamento, que consiste de atividades sistemáticas de planejamento e estudos com seus agentes.

Os formadores atuam diretamente junto às entidades conveniadas para elaboração da programação das formações, as quais são submetidas à aprovação da UFMG e do Ministério do Esporte. Após a realização de cada módulo, o formador encaminha relatório, no qual constam dados gerais sobre a formação realizada e sobre as observações referentes ao convênio em questão. O grupo de formadores teve dois encontros de capacitação no exercício em questão.

Além da formação, os convênios são acompanhados e avaliados pelo processo de monitoramento e em visitas técnicas realizadas na medida do possível, considerando a escassez de recursos humanos e de diárias e passagens. No monitoramento processual dos autos são acompanhados, analisados e diligenciados, prioritariamente, os seguintes passos:

1. Convênio assinado pelas partes e publicação no DOU juntado ao processo.
2. Ofício do Ministério encaminhando uma via do convênio e uma cópia da publicação para a conveniente.
3. Ofício do Ministério comunicando pagamento (1º mês).
4. Publicação no DOU da prorrogação de ofício, quando for o caso.
5. Ofício da entidade solicitando material do Pintando (1º ou 2º mês) e encaminhamentos por parte do Ministério.
6. Ofício da entidade comunicando recebimento do material.
7. Ofício da Entidade agendando módulo introdutório, formação (2º mês após pagamento) e encaminhamentos por parte do Ministério.
8. Grade horária com nome dos coordenadores e agentes (enviada até o 3º mês após pagamento) e 15 dias após a formação e análise da grade horária pelo Ministério.
9. Ofício da Entidade comunicando início das atividades.
10. 1º Relatório de Execução (5º mês após pagamento ou 3 meses após início das atividades) e análise do Ministério.
11. Solicitação de agendamento do Módulo de Avaliação I, 6 meses após o início das atividades e encaminhamentos do Ministério.
12. 2º Relatório de Execução (10º mês após pagamento ou 8 meses após início das atividades) e análise do Ministério.
13. Solicitação de agendamento do Módulo de Avaliação III, no último mês de execução, e encaminhamentos do Ministério.
14. Relatório de Execução do Objeto (Final).
15. Ofícios da SNDEL com solicitações não respondidas ou prazos não cumpridos pela entidade.

Em 2011, foram realizadas 118 visitas técnicas envolvendo as ações 2667, 2C60 e PRONASCI, para fiscalização e acompanhamento da execução. As referidas visitas resultaram

em diversos ajustes demandados aos convenientes e em algumas solicitações de rescisão do convênio, após a constatação do não cumprimento do objeto, apesar de garantido o direito de ajuste à entidade.

### **Principais dificuldades**

1. O orçamento reduzido da ação que impede a ampliação da mesma.
2. O processo de reestruturação regimental do Ministério, que se estendeu ao longo de todo o ano de 2011 e gerou diversas dificuldades para a execução da Ação, entre elas a redução da equipe, que já era restrita, dificultando processos de conveniamento, monitoramento e análise de prestação de contas.
3. O contingenciamento orçamentário de mais de 60% da programação nacional e de 100% das emendas parlamentares, mantido até dezembro de 2011, impossibilitou o recebimento, aprovação e conveniamento de um percentual maior de recursos.
4. A impossibilidade de realização da Reunião Nacional de Agentes, Gestores, Formadores e Pesquisadores do Programa por falta de recursos orçamentários, o que interrompeu o processo de construção nacional da ação, em desenvolvimento desde 2006.

### **Contratações e parcerias**

A ação conta com parcerias que contribuem significativamente com sua qualificação, tais como:

1. A Rede CEDES, ação que também faz parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, pela produção e difusão de conhecimentos relacionados ao esporte recreativo e de lazer, que qualifica as políticas públicas de esporte e lazer, entre as quais a ação se inclui.
2. Outros programas federais, como o Mais Saúde e a Política Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, entre outros, permitem que a ação tenha reforçado seu caráter intersetorial, que é imprescindível para sua qualificação.

### **Transferências**

A ação é viabilizada por transferências voluntárias, através de convênios e destaques orçamentários a organizações públicas e privadas sem fins lucrativos. Em 2011, os pleitos foram selecionados via seleção de projetos, com boa execução anterior, para a programação Nacional.

Outra questão a ser destacada no exercício 2011 foi a publicação do Decreto 7.592 de 28/10/2011, que determinou a avaliação dos convênios com entidades privadas sem fins lucrativos. A ação 2667 teve 3 convênios atingidos pelo Decreto, dos quais 2 foram considerados regulares e 1 com irregularidades possíveis de serem sanadas.

Ao longo dos seis anos de existência do Programa, já foi possível constatar que diversas Prefeituras mantiveram as ações desenvolvidas durante o período de conveniamento, após o encerramento da parceria, incorporando-as às políticas locais de garantia dos direitos sociais. Este tipo de resultado faz com que se comece a vislumbrar a possibilidade da efetivação de políticas públicas de esporte e de lazer avançando de ações de governos para ações de Estado.

Vale salientar a grande dificuldade das entidades, tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos, para elaboração dos projetos, preenchimento do SICONV, execução adequada do objeto pactuado e prestação de contas. Esta dificuldade é ainda maior nas entidades indicadas por emenda parlamentar. Acreditamos que a falta de recursos humanos qualificados em áreas diversas como: elaboração de Projetos; monitoramento de sistemas de execução; gestão de recursos humanos; aquisição de materiais e equipamentos; e prestação de contas, seja a principal causa dos problemas enfrentados pelas entidades, além, é claro, de algumas situações que caracterizam má fé. Com vistas a amenizar estas dificuldades, a equipe técnica que atua na ação desempenha um papel de orientação em todas as etapas. Além disso, foram desenvolvidos

manuais de apoio, que estão disponibilizados no site do Ministério. Quando constatada a não execução adequada do objeto e esgotadas as possibilidades de correção, o convênio é rescindido e os recursos devolvidos.

A ação vem sendo muito demandada, especialmente por conta dos indicativos de envelhecimento populacional, da relação atividade física e saúde - a ela diretamente vinculada - e à expansão das chamadas “Academias ao ar livre” - ou “ATIs” - pelo Brasil, que demandam ações qualificadas de animação dos espaços construídos.

#### 4.2.3 Ação 8473 – Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer

QUADRO 12 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8473 – FOMENTO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

<i>Tipo</i>	Orçamentária, direta e descentralizada
<i>Finalidade</i>	Viabilizar a realização de eventos e apoiar projetos de natureza interdisciplinar que contemplem as áreas de esporte recreativo e de lazer
<i>Descrição</i>	Apoio à realização de projetos e eventos, inclusive de criação nacional e identidade cultural, que contemplem a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outros.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
<i>Coordenador da ação</i>	Cláudia Regina Bonalume
<i>Unidades executoras</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer/ Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

### Resultados

QUADRO 13 – RESULTADOS DA AÇÃO 8473 – FOMENTO DE EVENTOS INTERDISCIPLINARES DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	20.550.000,00	00	1.700.000,00	8,27
<b>Física</b>	182	00	2	1.09

A Ação 8473 - Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer é desenvolvida com a finalidade de viabilizar a realização de eventos e apoiar projetos de natureza interdisciplinar que contemplem as áreas do esporte e lazer de inclusão social, por meio de projetos e eventos que preveem a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais, que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde. A LOA 2011 previu, na programação nacional, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dos quais R\$ 150.000,00 formam contingenciados. Além disso, a ação recebeu inicialmente R\$ 20.400.000,00 (vinte milhões e quatrocentos mil reais) em emendas parlamentares. Este valor sofreu um contingenciamento total, tendo pequena parcela liberada em dezembro de 2011.

Considerando os baixos valores da programação nacional, não foi realizado edital de seleção. Os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) liberados foram destinados, por decisão do Ministério, à Prefeitura de Campinas para apoio à realização da Virada Esportiva naquele Município; no entanto, o empenho foi cancelado uma vez que, no momento do pagamento, a Prefeitura encontrava-se inadimplente no SIAFI.

Com os recursos das emendas parlamentares foram empenhados dois convênios na ação: um com a Prefeitura de Quatro Barras e outro com a de Piracicaba, ambas de São Paulo.

A disparidade entre o previsto e o realizado enquanto meta física deve-se ao fato da mesa ter sido projetada calculando-se, como valor estimado, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento, o que não vem sendo observado nas indicações de emendas parlamentares, que priorizam eventos que demandam mais recursos (Prefeitura de Piracicaba – Show Nacional de Aeromodelismo – R\$ 1.200.000,00 e Prefeitura de Quatro Barras – Evento Circense – R\$ 500.000,00).

A ação recebeu ainda a proposta de realização dos Jogos Nacionais dos Idosos; porém, considerando os valores existentes e os necessários para a viabilização de tal parceria, pelo terceiro ano consecutivo não houve possibilidade de apoio.

### **Dificuldades**

A principal dificuldade da ação é a falta de recursos nacionais para o desenvolvimento de eventos que estejam vinculados às ações de esporte recreativo e de lazer do próprio Programa.

No tocante às emendas parlamentares, a impossibilidade de conveniamento e de repasse dos recursos ocorreu devido a fatores como:

1. Não liberação de recursos da maior parte das emendas.
2. Objetivos das entidades designadas para receberem o recurso não condizentes com a finalidade da ação (visam o caráter competitivo).
3. Não elaboração do projeto pelas entidades em tempo hábil para empenho (no caso de algumas emendas).
4. Publicação do Decreto 7.568/2011, em setembro de 2011, que determinou a realização de edital de chamada pública para conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos, o que representava a maior parte das emendas parlamentares destinadas à ação.

Considerando tratar-se de uma ação de caráter nacional, os recursos previstos não têm se mostrado suficientes para apoio a projetos com este caráter, o que limita muito suas possibilidades. Outro aspecto a ser considerado é o caráter recreativo e intersetorial exigido para as propostas, que raramente está presente nos projetos apresentados, principalmente para projetos de emendas parlamentares. Há, no Ministério do Esporte, uma lacuna para apoio a eventos de competição esportiva que não estejam relacionados ao Sistema Federativo, e esta lacuna, muitas vezes, faz com que a ação seja pautada para este tipo de parceria, o que não cabe em seu descritor.

Com vistas a enfrentar as dificuldades constatadas, foi preparada a regulamentação desta ação, via portaria, a qual não chegou a ser publicada, considerando as alterações previstas para o novo PPA que extinguem as ações na forma como eram apresentadas.

## **4.2.4 AÇÃO 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas**

QUADRO 14 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2494 – REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Contribuir com a integração dos povos indígenas por meio do incentivo, da valorização e do fortalecimento da prática de jogos tradicionais pelas diversas etnias.
<b>Descrição</b>	Apoio financeiro, coordenação e apoio técnico para a execução de atividades de jogos tradicionais indígenas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer



<b>Coordenador da ação</b>	Cláudia Regina Bonalume
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

## Resultados

QUADRO 15 – RESULTADOS DA AÇÃO 2494 – REALIZAÇÃO DOS JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	1.500.000,00	1.292.955,15	1.292.955,15	86,20
<b>Física*</b>	40	34	34	85

\* etnia beneficiada

A ação 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas é parte do Programa 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para 2011, houve uma previsão orçamentária na Programação Nacional de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), dos quais R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) foram liberados.

Com vistas a atender ao Decreto 7.568/2011, foi realizado edital de seleção, para o qual foram apresentadas 3 (três) propostas, sendo duas desclassificadas por não contemplarem o caráter Nacional do evento, tendo sido selecionada e conveniada a proposta de realização da XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas do Comitê Intertribal de Memória e Ciência Indígena. Além dos recursos do Ministério do Esporte, o evento contou com R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do Governo do Estado do Tocantins. Os Jogos aconteceram de 05 a 12 de novembro de 2011, no município de Porto Nacional (TO).

O evento, idealizado e realizado por iniciativa indígena pelo Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, em parceria com o Governo Federal através do Ministério do Esporte, é reconhecido perante a comunidade indígena nacional e internacional como o maior evento de promoção do intercâmbio dos valores culturais e étnicos, com ênfase no resgate da auto-estima e na valorização dos conhecimentos tradicionais através do esporte, bases de uma linguagem universal sobre tolerância, desporto e respeito mútuo. O lema: “O importante não é ganhar, sim celebrar!” balizou o evento. Teve como objetivo promover o esporte sócio-educacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores originais. Desta edição participaram 34 etnias, sendo 28 com delegações e 6 representações, totalizando 1.400 indígenas.

Além do Comitê Intertribal e do Ministério do Esporte, participaram da Comissão Organizadora dos Jogos, criada pela Portaria nº 106, de 02 de setembro de 2011, os ministérios da Saúde, da Educação, do Turismo, da Cultura, da Justiça, a FUNAI, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Social, o Governo do Estado do Tocantins e a Prefeitura de Porto Nacional.

No evento foram desenvolvidas as seguintes modalidades esportivas:

- 1) **Modalidades de integração indígena:** 1) Arco e Flecha; 2) Arremesso de Lanças; 3) Canoagem; 4) Cabo de Força; 5) Corrida de Tora; 6) Corridas - Velocidade (100 m e 4 x 100m), Resistência (5.000 metros) e 7) Natação (Travessia em águas abertas);
- 2) **Modalidades demonstrativas tradicionais indígenas:** Corrida de Tora; 2) Lutas Corporais; 3) Jikunahati; 4) Hipipi; 5) Katulaywa; 6) Jawary; 7) Tihimore; 8) Rõkran; 9) Peikran; 10) Kagót; 11) Insistró; 12) Jãmparty; 13) Akô; 14) Zarabanata;

15) Ngokhôn kasêkê; 16) Nhwra reni; 17) Khwra ro nô; 18) Kgwra reni; 19) Pásy hrã dáki, 21)Pênsôg thâky, 22)Xaká-akere;

**3) Modalidade ocidental:** futebol de campo.

Participaram com delegação de 40 indígenas as seguintes etnias: Apinajé (TO); Assurini (PA); Bororo Boe (MT); Cinta Larga (MT); Erikibaktsa (MT); Guarani Kaiwá (MS); Javaé (TO); Kaingang (RS); Kanela Rãmkokamekra (MA); Karajá (TO); Kayapó (PA); Kamayura (MT); Krahô (TO); Kura Bakairi (MT); Mamaindê/Nhambikwara (MT ); Manoki (MT); Paresi (MT ); Parkatêjê/Kyikatêjê (PA); Pataxó (BA); Suruí (RO); Suyá (MT); Tapirapé (TO); Tembê (PA ); Terena (MS); Xavante (MT ); Xambioá (TO); Xerente (TO); Xicrin (PA).

Além das atividades esportivas, foram realizadas durante o evento a feira de artesanato e o Fórum Social Indígena. No Fórum, discutiram-se questões referentes aos povos indígenas, em especial aquelas referentes às questões ambientais, esportivas e de lazer. Houve diversas manifestações reivindicando políticas públicas de esporte e lazer nas aldeias indígenas.

Segue desempenho orçamentário e financeiro da ação:

Quadro XXV - Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios					
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO							1.490.000,00
	PLOA							1.490.000,00
	LOA							1.490.000,00
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								1.490.000,00

**3.6.1.2 Programação das Despesas de Capital**

Quadro XXVI - Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios					
			2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO			10.000,00				
	PLOA			10.000,00				
	LOA			10.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total				10.000,00				

**3.6.1.3 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência**

Quadro XXVII - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		1.490.000,00		10.000,00		
	PLOA		1.490.000,00		10.000,00		
	LOA		1.490.000,00		10.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total			1.490.000,00		10.000,00		

**3.6.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Quadro XXVIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Despesas Correntes				
		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		Despesas de Capital				
		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Não ocorreu em 2011.

**3.6.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Quadro XXX - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>Σ</b>	<b>1.442.265,46</b>	<b>Σ</b>	<b>1.442.265,46</b>	<b>Σ</b>	<b>4.806,36</b>	<b>Σ</b>	<b>1.437.459,10</b>
41 - contribuições		1.292.955,15		1.292.955,15				1.292.955,15
35 – serviços de consultoria								
39 - Outros Serviços de Terceiros-PJ		146.051,81		146.051,81		4.806,36		141.245,45
48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física								
Demais elementos do grupo		3.259		3.259				3.259

**3.6.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Quadro XXXI - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimentos</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
42 - auxílios								
52 – equipamentos e material permanente								
51 – obras e instalações								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**3.8 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar – Exercícios anteriores**

Quadro XXXII - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar – Exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010				
2009				
2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	14.335,52			14.335,52
2009				
2008				
Observações:				

**4.2.5 AÇÃO 2426 – Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES**

QUADRO 16 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2426 – FOMENTO A PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER – REDE CEDES

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Fomentar, apoiar e difundir atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas com base na pesquisa social, por Instituições de Ensino Superior, por meio de Grupos de Estudos de Educação Física, Esporte e/ou Lazer, tendo em vista qualificar e aperfeiçoar programas e projetos de esporte e lazer que contribuam para a implementação da Política Nacional de Esporte.
<b>Descrição</b>	Prover grupos de pesquisa, em regime complementar e por tempo determinado, com recursos necessários para o desenvolvimento de pesquisas e projetos científicos e tecnológicos nas áreas do esporte e lazer de inclusão social, por meio da aquisição de equipamentos, materiais bibliográficos e de consumo, assim como custeio de despesas com bolsas de estudos, transporte, publicação, editoração de livros, dentre outras.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SNDEL/SNELIS
<b>Coordenador da ação</b>	Aline Leocádio Lima
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

**Resultados**

QUADRO 17 – RESULTADOS DA AÇÃO 2426 – FOMENTO A PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER – REDE CEDES – LOA 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
Financeira (R\$)	1.000.000,00	40.693,16	557.778,28 55,78%	4,06
Física*	28	03	06 21,46%	10,71

\* pesquisa realizada

Sobre a REDE CEDES, esclarecemos que a baixa execução física e financeira do Edital deveu-se ao fato de que a autorização do mesmo somente ocorreu no segundo semestre de 2011, inviabilizando a celebração de convênios no mesmo ano.

Além disso, houve contingenciamento de 50% dos recursos no decorrer do ano, e a ausência de nomeação de direção e coordenação geral do departamento.

A Rede CEDES, desde a sua criação em 2004, já reuniu 63 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e o Distrito Federal; agregou 103 Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq; financiou 149 pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Sociais e Humanas, por 153 pesquisadores coordenadores, 533 outros pesquisadores participantes, somando 329 postos de trabalho criados com bolsas para alunos de graduação e pós-graduação, num investimento total de R\$ 4.367.015,93 (quatro milhões trezentos e sessenta e sete mil, quinze reais e noventa e três centavos) .

Das seis (6) pesquisas empenhadas em 2011, quatro (4) foram selecionados através do Edital Público 2011/12, duas (2) foram conveniados, e duas (2) estavam irregulares para o pagamento. Os dois (2) projetos restantes foram de pesquisas induzidas, pagas com recursos da LOA (Ação 2426).

O Edital Público de 2011 contou com a inscrição de 72 propostas, das quais 44 foram aprovadas. Participaram deste Edital Instituições de Ensino Superior, reunindo 63 núcleos da Rede CEDES, em 21 Estados e o Distrito Federal. Considerando o limite orçamentário de 2011 de R\$ 2.100.000,00, em projetos aprovados, passaram a compor a carteira de projetos para financiamento em 2012, caso haja limite orçamentário.

Das pesquisas selecionadas pela **Chamada Pública nº 01/2011/REDE CEDES CGCTI/DPGE/SE/ME PORTARIA Nº 179 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011 - DOU nº 203 de 21/10/2011, seção 3, p. 142 a 144** - foram estabelecidos os seguintes convênios:

1. **Proponente:** Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

**Pesquisa:** O futebol do Brasil para o mundo: Impactos e legados da copa 2014 na prática do esporte e lazer nas escolas da rede pública de Pernambuco.

R\$ 35.000,00

2. **Proponente:** Fundação Universidade do Contestado

**Pesquisa:** Proposição de novas formas de intervenção de gestão pública voltadas à efetivação de políticas de infra-estrutura de esporte e de lazer nos municípios

R\$ 35.000,00

**Pesquisas Induzidas:**

3. **Proponente:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Pesquisa:** Projeto de pesquisa: O lazer do Brasileiro.

R\$ 334.365,72

4. **Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**Pesquisa:** Repositório Institucional da Rede CEDES – Projeto de Gestão: administração, ampliação, aperfeiçoamento.

R\$ 19.800,00

A crescente demanda por apoio a pesquisas sociais pelo Ministério do Esporte, reafirmada pela inscrição de trabalhos em todas as linhas, além do significativo número de trabalhos inscritos e recomendados pela Chamada Pública, aponta para a necessidade de ampliação das metas financeiras da Rede CEDES.

Como mostra o quadro a seguir, as pesquisas selecionadas/apoiadas no exercício 2011/2012 revelam o crescente apoio a todas as Regiões brasileiras.

QUADRO 18 - PESQUISAS APOIADAS PELA REDE CEDES 2003-2011/2012

REGIÕES	2003-06	2007	2008	2009	2010	1011
NORTE	--	02	--	01	01	02
NORDESTE	03	08	02	01	06	08
SUDESTE	15	07	06	09	13	15
SUL	09	09	11	04	08	09
C. OESTE	03	03	01	07	01	10
TOTAL	30	29	20	22	29	44

\*Edital (ANEXO 05) e Pesquisas selecionadas (ANEXO 06).

As pesquisas aprovadas se inscrevem nas dez linhas de pesquisas apoiadas pela Rede:

1. **Sistema Nacional de Esporte e Lazer:** estudos realizados a partir das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e/ou Municipais de esporte e lazer, considerando seus fundamentos e referências, eixos e marco legal, redes de interações, dentre outros aspectos básicos referentes ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
2. **Desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer que contemplem a diversidade cultural, regional e de faixas etárias:** estudos de abrangência local, regional e nacional com foco no esporte voltado ao lazer, desenvolvidos para universalização do conhecimento e democratização das práticas do Esporte e do Lazer para todas as faixas etárias, contemplando a diversidade cultural do país, representada pelos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população rural e de áreas de assentamento, da região do semi-árido brasileiro, assim como pessoas com deficiências.
3. **Gestão de políticas de esporte e de lazer:** estudos sobre gestão de políticas e programas de esporte e de lazer que impulsionem o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, educacional, recreativo e de lazer; que promovam a inclusão social, por meio da qualificação do acesso ao esporte, otimizando os investimentos na área; que propiciem o alcance de seus resultados e aumentem a interação entre o poder público e a sociedade civil, considerando planejamento, formação e gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias e controle social.
4. **Ações intersetoriais de esporte e lazer:** estudos que subsidiem programas Intersetoriais das áreas do esporte e do lazer, desenvolvidos nos âmbitos federal, estadual e do Distrito Federal, sobre os projetos de prática esportiva e de lazer voltados às comunidades. Formação de agentes sociais e gestores de esporte e lazer; capacitação de recursos humanos que atuem em projetos esportivos sociais integrados com outras áreas da política social brasileira como: educação, turismo, segurança, saúde, trabalho, juventude, cultura, meio ambiente, desenvolvimento social, etc.
5. **Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer:** avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo Governo Federal, em particular, os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Bolsa Atleta e Jogos dos Povos Indígenas, apresentando as boas práticas locais, regionais e nacionais e os casos de sucesso.
6. **Impactos Legados sociais de megaeventos esportivos:** estudos sobre os benefícios que possam advir de investimentos dos diversos programas do governo e da iniciativa privada, voltados para o esporte. Em função da realização de grandes eventos esportivos (Copa 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, etc.), tornando-os concretos e perenes para a população brasileira: garantindo de fato o legado social; qualificando a gestão; a formação, o desenvolvimento da ciência; da tecnologia e da inovação.

Definição e foco nas prioridades para a entrega do Legado Esportivo que possibilite a difusão da prática esportiva na sociedade como direito social para toda a população brasileira.

7. **Memória do esporte e do lazer:** estudos sobre memórias do esporte, do lazer e da educação física no Brasil.
8. **Tecnologias e mídias: suas implicações no esporte e no lazer:** estudos relacionados às tecnologias da informação, da comunicação, de jogos e de documentação, em especial a internet, jornal, revista, cinema e jogos eletrônicos, no âmbito do esporte e lazer analisando de forma crítica as implicações sobre a sociedade.
9. **Infraestrutura de esporte e de lazer:** estudos sobre a implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infraestruturas públicas de esporte e lazer, considerando demandas e necessidades da população e das políticas desenvolvidas.
10. **Estudos relacionados especificamente às pessoas com deficiência:** estudos de abrangência local, regional e nacional com a finalidade de garantir e oportunizar programas espaços para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer às pessoas com deficiência.

#### 4.2.6 AÇÃO 2428 – Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte e de Lazer

QUADRO 19 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2428 – PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO ESPORTE E DE LAZER

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Contribuir com a atualização da produção e difusão de conhecimentos relativos ao esporte e lazer de inclusão social, por meio de intercâmbios nacionais e internacionais de pesquisadores, gestores, acadêmicos, agentes sociais e outros profissionais, com vistas a implementação da Política Nacional de Esporte.
<b>Descrição</b>	Apoio à realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outras ações nacionais e internacionais de intercâmbio científico e tecnológico, divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, de conteúdos, documentos e registros relativos aos eventos desenvolvidos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SNDEL/SNELIS
<b>Coordenador da ação</b>	Aline Leocádio Lima
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

## Resultados

QUADRO 20 – RESULTADOS DA AÇÃO 2428 – PROMOÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS VOLTADOS AO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO ESPORTE E DE LAZER - LOA MAIS EMENDA PARLAMENTAR 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	800.000,00	135.5973,50	529.500,00 66,20%	16,94%
<b>Física*</b>	05	03	05 100%	60%

\* evento realizado



A LOA 2011 previu, na programação nacional, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dos quais parte foi contingenciada. A ação recebeu R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em emendas parlamentares, dos quais foram liberados recursos de duas emendas, que resultaram em 3 (três) convênios, sendo que 1 (um) foi pago em 2011, e os outros dois registrados em restos a pagar. Cabe registrar que a emenda parlamentar do Estado de Pernambuco tinha como meta física 1 evento no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). A entidade indicada para receber os recursos foi a Secretaria de Esporte de Pernambuco, a qual solicitou que o valor da emenda fosse dividido para dois eventos científicos, cada um com o custo de R\$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), frutos da mesma emenda.

Além do contingenciamento, por conta do Decreto 7.568/2011 não foi possível o conveniamento da emenda parlamentar destinada ao Município de Salesópolis, uma vez que a modalidade de aplicação da mesma era 50, referente a entidade privada sem fins lucrativos, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A ação apóia eventos de esporte e lazer de abrangência nacional ou internacional. No ano de 2011, foram apoiados 05 eventos científicos: 03 foram realizados e atenderam a um público médio de 980.000 participantes entre pesquisadores, docentes, estudantes e gestores; e 02 estão em restos a pagar e devem ocorrer em 2012.

Com recursos da **Ação 2428** foram apoiados os seguintes eventos:

- ✓ Proponente: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL  
**Evento:** VI Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura.  
R\$ 10.000,00
- ✓ Proponente: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/SP  
**Evento:** VII Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e XIII Simpósio Paulista de Educação Física  
R\$ 30.000,00

#### **Ação Promoção de Eventos (Emendas Parlamentares)**

- ✓ Proponente: Secretaria Especial dos Esportes - PE  
**Evento:** Realização do I Simpósio Pernambucano dos Esportes  
R\$ 197.000,00
- ✓ Proponente: Secretaria Especial dos Esportes - PE  
**Evento:** Realização do III Encontro Nacional de Estudos do Judô (ENEJU)  
R\$ 197.000,00
- ✓ Proponente: Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG  
**Evento:** 1º Encontro Internacional de Pesquisadores em Esporte, Psicologia e Saúde  
R\$100.000,00

#### **4.2.7 AÇÃO 2428 – Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte e de Lazer**

QUADRO 21 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8284 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO ESPORTE E LAZER

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Favorecer a construção e democratização do conhecimento na área de esporte, lazer e inclusão social, assim como desenvolver um sistema nacional com capacidade de combinar forças técnicas, políticas e administrativas, definindo papéis, interfaces e competências de cada agente envolvido – das três esferas -, contribuindo com a implementação da Política Nacional do Esporte.

<b>Descrição</b>	Implantação de política de gestão compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, envolvendo as três esferas – federal, estadual e municipal – no estabelecimento de trocas de experiências, qualificando práticas de gestão e contribuindo com a implementação da Política Nacional do Esporte, especialmente a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e o estabelecimento de mecanismos e indicadores de controle e participação social.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SNDEL/SNELIS
<b>Coordenador da ação</b>	Aline Leocádio Lima
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

## Resultados

QUADRO 22 – RESULTADOS DA AÇÃO 8284 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO ESPORTE E LAZER – LOA 2011

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	350.000,00	100.000,00	100.000,00	28,57
<b>Física*</b>	350	78	78	22,29

\* município atendido

Em relação à execução física e financeira, esclarecemos que a não execução de 100% do orçamento previsto na LOA deveu-se ao contingenciamento de boa parte dos recursos e à reestruturação do Ministério, que prejudicaram o alcance das metas previstas.

Por meio dessa ação são beneficiados gestores municipais pela consolidação de redes de formadores, pesquisadores e agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, respeitando as peculiaridades regionais, promovendo a cooperação técnica e científica entre os envolvidos de modo a atuar na qualificação pedagógica e política das políticas públicas de esporte e lazer.

Nesse sentido, foi apoiado nesta Ação 8284 o evento:

- ✓ Proponente: Associação de Preservação do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Difusão da Cultura e Educação - SP
- Evento:** 23º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer  
R\$ 100.000,00

### 4.2.8 AÇÃO 8497 – Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer/2º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social<sup>1</sup>

QUADRO 23 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 8497 – CONCESSÃO DO PRÊMIO DE LITERATURA DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER/2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Incentivar, apoiar e valorizar produções técnicas, científicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo com o reconhecimento da participação do Ministério do Esporte na

<sup>1</sup> Ação n. 8497, denominada pelo PPA-2008 como “Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer”, foi replanejada e renomeada como Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social.

	agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira.
<b>Descrição</b>	Realização de concursos sobre temas relacionados ao esporte e lazer de inclusão social com conseqüente premiação e difusão dos trabalhos selecionados por mérito nas categorias definidas, de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo Regulamento do Prêmio.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SNDEL/SNELIS
<b>Coordenador da ação</b>	Aline Leocádio Lima
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

## Resultados

QUADRO 24 – RESULTADOS DA AÇÃO 8497 – CONCESSÃO DO PRÊMIO DE LITERATURA DO ESPORTE RECREATIVO E DO LAZER/2º PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	100.00,00	--	100.00,00	--
<b>Física*</b>	3	0	5	--

\* obra editada

A ação nº 8497, renomeada como “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” orienta-se pelas demandas atuais do ME. Tem como objetivos incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que contribuam para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. O concurso é realizado bianualmente considerando duas ações principais:

- **Cessão do Prêmio:** em anos pares, a começar por 2008, de premiação e publicação em obra escrita e digital de estudos premiados sobre políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social, considerando 5 categorias, a saber: três categorias regionais (contemplando as diversas regiões brasileiras), que premiam (1) Dissertações e Teses; (2) Monografias de Graduação e Especialização; (3) Relatos de Experiências; e duas categorias nacionais, que premiam (4) Ensaio e (5) Mídias.

- **Difusão do Prêmio:** nos anos ímpares, a começar pelo ano de 2009, da realização de difusão dos trabalhos premiados por todo o país, com vistas à sua socialização e qualificação de gestores de políticas públicas de esporte e lazer.

Em 2011, ano de difusão dos trabalhos premiados, os trabalhos foram socializados por todo país, dentre outras formas, por meio digital. Ao serem pagos, os convênios permitirão a divulgação impressa da Coletânea que reúne os 52 trabalhos classificados e os 5 selecionados em primeiro lugar das Regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro Oeste (Tese, Dissertação e Pesquisa Independente).

Com recursos da Ação 8497 serão publicadas as seguintes obras:

1. Corpo, Saúde e Práticas Corporais.
2. Estudos Sobre a Gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade.
3. Esporte e Cultura: Esportivização de Práticas Corporais nos Jogos dos Povos Indígenas.
4. Brincadeiras do Povo Tikuna.
5. Democracia Participativa e Políticas Públicas de Esporte Lazer.

#### 4.2.8 AÇÃO 2448 - Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME

QUADRO 25 – DADOS GERAIS DA AÇÃO 2448 - SISTEMA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - CEDIME

<b>Tipo</b>	Orçamentária, direta e descentralizada
<b>Finalidade</b>	Documentar, preservar e difundir em rede conhecimentos e informações científicas, tecnológicas, gerenciais e jornalísticas de esporte e lazer. Representa um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de tecnologia de gestão do conhecimento e da informação, utilizando-se de meios eletrônicos (digitalização, armazenamento e disponibilização de documentos, imagens e informações), e físicos (edição e distribuição de catálogos, anuários, periódicos científicos, entre outros) para consolidar sistema de comunicação em rede entre pesquisadores, gestores, acadêmicos, jornalistas e outros profissionais envolvidos com o esporte e lazer.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SNDEL/SNELIS
<b>Coordenador da ação</b>	Aline Leocádio Lima
<b>Unidades executoras</b>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

#### Resultados

QUADRO 26 – RESULTADOS DA AÇÃO 2448 - SISTEMA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - CEDIME

META	PREVISTAS	PAGAS	EMPENHADAS	% execução (empenhado)
<b>Financeira (R\$)</b>	200.000,00	137.006,68	161.002,68 80,50%	68,50
<b>Física*</b>	04	03	04	75

\* instituição apoiada

Em relação à execução financeira, esclarecemos que não conseguimos executar 100% do orçamento previsto, uma vez que no ano de 2011 tivemos o contingenciamento dos recursos e devido à reestruturação do Ministério. Estes fatos prejudicaram o alcance das metas previstas.

Como parte da Gestão da Informação e do Conhecimento, desenvolvida tendo em vista a para a consolidação do CEDIME, em 2011 foram realizadas as seguintes ações de documentação e informação, com recursos da Ação 8497 foram publicadas as seguintes obras:

1. Reedição do livro “Brincar, jogar, viver” azul
2. Reedição do livro “Brincar, jogar, viver” Jogos dos Povos Indígenas
3. Reedição do livro da Pesquisa PUC
4. Revista Pensar à Prática
5. Gestão da política intersetorial: contribuições do PELC;
6. Gestão de políticas públicas de esporte e lazer: Princípios e pressupostos teóricos
7. Sistema Nacional de Esporte e Lazer
8. A Importância da Recreação e do Lazer
9. Lazer na Escola Brasileira

10. Dimensão Cultural do Lazer no Cotidiano Escolar

11. Lazer e Escola: Experiências

É importante observar que a socialização de dados, por meio de periódicos, pelo Ministério do Esporte, tem refletido em resultados significativos na qualificação de políticas públicas de esporte e lazer e fortalecimento da Educação Física da Área 21 da CAPES, e cursos de pós-graduação em Educação Física, Esporte e Lazer no País.

#### **4.1.10 Ações de responsabilidade da SNDEL e executadas pela Secretaria Executiva**

##### **AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA**

Ação destinada ao planejamento e desenvolvimento de núcleo estratégico administrativo que respondam às demandas de responsabilidade da SNDEL, visando gerar melhorias que qualifiquem a implementação, o monitoramento e a avaliação da política pública de esporte e lazer de inclusão social que desenvolve.

##### **AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA**

Ação que integra o Programa 1250 – Esporte e lazer da Cidade – de responsabilidade da SNDEL, executada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério do Esporte. Destina-se à promoção de atividades de sensibilização e informação educativa da população, ou segmento da população, com vistas à promoção de hábitos saudáveis, favorecedores de benefícios sociais reais e melhoria da qualidade de vida do público beneficiado. Inclui coordenação, supervisão e sistematização de informações a serem veiculadas, bem como realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas à utilidade pública.

##### **Ação 5450 – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER**

Ação do Programa 1250 – Esporte e lazer da Cidade – de responsabilidade da SNDEL, mas coordenada pela SPOA do Ministério do Esporte, criada com vistas a disponibilizar e modernizar áreas para a prática de esporte e de lazer, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social e para melhorar a qualidade de vida, mediante garantia de acessibilidade a espaços esportivos e de lazer modernos.

#### **5.0 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Este grupo de demonstrativos está estruturado com informações sobre a programação orçamentária da despesa, execução orçamentária da despesa e indicadores institucionais.

**5.1 Programação orçamentária das despesas: este grupo de demonstrativos** compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, incluindo os dados sobre despesas correntes, despesas de capital e movimentação orçamentária, organizados em quatro quadros:

5.1.1 Quadro de programação de despesas correntes

5.1.2 Quadro de programação de despesas de capital

5.1.3 Quadro resumo da programação de despesas

### 5.1.4 Quadro reserva de contingência e movimentação orçamentária por grupo de despesa

QUADRO 27 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
1250 - Secretaria Nacional de Esporte e Lazer	51101	180002

### 5.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO 28 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO					10.933.546	8.305.370	
	PLOA					10.933.546	8.305.370	
	LOA					97.899.896	64.172.410	
CRÉDITOS	Suplementares					1.600.500	2.650.000	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos					250.000	
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						9.909.199	3.200.000
Outras Operações								
<b>Total</b>						<b>109.409.595</b>	<b>66.822.410,00</b>	

Fonte: FIAFI

### 5.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO 29 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	18.415.124	770.000				
	PLOA	18.415.124	770.000				
	LOA	955.756.225	5.365.000				

<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		22.035.000					
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>						
		<b>Reabertos</b>	750.000					
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>						
		<b>Reabertos</b>						
<b>Créditos Cancelados</b>		36.893.581	2.800.000					
<b>Outras Operações</b>								
<b>Total</b>		940.897.644	5.365.000					

Fonte: FIAFI

### 5.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO 30 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>	10.993.546	8.305.370	18.415.124	770.000		
	<b>PLOA</b>	10.993.546	8.305.370	18.415.124	770.000		
	<b>LOA</b>	97.899.896	64.172.410	955.756.255	5.365.000		
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		1.600.500	2.650.000	22.035.000		
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>					
		<b>Reabertos</b>	250.000		750.000		
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>					
		<b>Reabertos</b>					
<b>Créditos Cancelados</b>		9.909.199	3.200.000	36.893.581	2.800.000		
<b>Outras Operações</b>							
<b>Total</b>		<b>89.841.197</b>	<b>66.822.410</b>	<b>941.647.644</b>	<b>5.365.000</b>		

Fonte: SIAFI

Os limites orçamentários designados ao Programa estão muito aquém das necessidades. O significativo aumento da programação na LOA deve-se às emendas parlamentares, que refletem a demanda das bases sociais. Porém, a dificuldade de execução de orçamento baseado prioritariamente em emendas parlamentares, resulta na ação atrelada à liberação das emendas e à vontade política dos parlamentares, criando dificuldades para a estratégia de desenvolvimento da política pública.

No que diz respeito às despesas de capital, mais de 95% delas referem-se à ação 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer, que não está sob responsabilidade dessa Secretaria e, sim, da Secretaria Executiva. Outras informações encontram-se no texto desse relatório.

### 5.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O quadro abaixo registra os valores da descentralização de créditos (destaques) concedidos e recebidos no exercício de 2011, relativos a ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade, exceto a Ação 5450 que visa à implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte, cuja gestão é da Secretaria Executiva. No tocante aos créditos concedidos, tantos os de custeios quanto os do grupo de despesas de capital (investimentos), foram destacados em favor de Universidades Federais.

QUADRO 31 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153080	27.812.1250.242 6.0001			32.400,00
		153163	27.812.1250.242 6.0001			19.800,00
		153278	27.812.1250.242 6.0001			334.365,72
		154045	27.812.1250.242 6.0001			7.973,40
		154047	27.812.1250.242 8.0001			5.597,50
		153052	27.812.1250.244 8.0001			23.996,00
		153062	27.812.1250.266 7.0001			439.030,00
		153164	27.812.1250.266 7.0001			253.600,00
		158369	27.812.1250.266 7.0001			539.987,86
		158466	27.812.1250.266 7.0001			9.747,84
	153056	27.813.1250.2C6 0.0001			294.948,37	
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153080	27.812.1250.242 6.0001			2.600,00
		153164	27.812.1250.266 7.0001			30.000,00



		158369	27.812.1250.266 7.0001			59.956,32
		153056	27.813.1250.2C 60.0001			4.197,60
	<b>Recebidos</b>					

## 5.2 Execução orçamentária das despesas:

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em quadros, conforme a seguir:

### 5.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

- Despesas por Modalidade de Contratação;
- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

QUADRO 32 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
<b>Licitação</b>	<b>3.215.950</b>	<b>686.239</b>	<b>3.215.680</b>	<b>242.595,05</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	881.657		881.657	
Pregão	2.334.293	686.239	2.334.023	242.595
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	<b>1.762.402</b>	<b>396.279</b>	<b>1.711.744</b>	<b>55.089</b>
Dispensa	1.762.402	396.279	1.711.744	55.089
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	153.100		103.595	
Outros	<b>13.559.851</b>	<b>7.155.388</b>	<b>13.179.555</b>	<b>835.018</b>

Fonte: SIAFI

QUADRO 33 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos
	Exercícios			

	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	$\Sigma$	8.392.493,25	$\Sigma$	8.392.493,25	$\Sigma$	6.918.530,39	$\Sigma$	1.084.702,86
18 - Auxílio financeiro a estudantes		616.200,00		616.200,00		551.125,00		65.075,00
39 - Outros serviços de terceiros - PJ		1.264.644,98		1.264.644,98		548.879,12		326.505,86
41 - contribuições		6.117.668,20		6.117.668,20		5.649.325,20		468.343,00
35 – serviços de consultoria								
48 – outros auxílios financeiros a Pessoa Física								
Demais elementos do grupo		393.980,07		393.980,07		169.201,07		224.779,00

Fonte: SIAFI

QUADRO 34 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimentos</b>	$\Sigma$	234.673,72	$\Sigma$	234.673,72	$\Sigma$	186.673,72	$\Sigma$	48.000,00
42 - auxílios		120.719,80		120.719,80		102.719,80		18.000,00

52 – equipamentos e material permanente		113.953,92		113.953,92		83.953,92		30.000,00
51 – obras e instalações								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

#### **Análise Crítica item 5.1.4 (quadro A.2.8, A.2.9 e A.2.10)**

No exercício de 2011, inicialmente o valor da principal ação do Programa foi totalmente contingenciado, tendo um pequeno percentual liberado somente em dezembro de 2012, dificultando a execução devido à complexidade do processo de elaboração dos projetos, que demanda tempo e planejamento, que não foram disponibilizados pela proximidade do final do exercício orçamentário. O referido contingenciamento ocasionou um efeito negativo de forma a inviabilizar a formalização de novas parcerias, contribuindo para a não concretização das metas estipuladas.

Em relação ao quadro A.2.9, verifica-se uma maior concentração de recursos alocada no elemento de despesa 41.

Quanto ao quadro A.2.10, à secretária finalística somente cabe executar despesas no grupo de investimento, nos elementos Auxílios, Equipamentos e Material Esportivo.

Os quadros acima registram os valores executado por elemento de despesas no âmbito da programação da SNDEL, exceto as correspondentes à ação 5450, que visam à implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte e lazer, cuja gestão é da Secretaria Executiva.

QUADRO 35 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	Exercícios			
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte: SIAFI

As consultas do SIAFI 2011 não foram detectadas créditos recebidos no exercício 2011 referentes à SNDEL.

QUADRO 36 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ

<b>Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

As consultas do SIAFI 2011 não foram detectadas créditos recebidos no exercício 2011 referentes à SNDEL.

QUADRO 37 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimento</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Inversões Financeira</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do								

grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$	$\Sigma$
<b>1º elemento de despesa</b>								
<b>2º elemento de despesa</b>								
<b>3º elemento de despesa</b>								
<b>Demais elementos do grupo</b>								

Fonte: SIAFI

As consultas do SIAFI 2011 não foram detectadas créditos recebidos no exercício 2011 referentes à SNDEL.

### 5.3 Indicadores institucionais

**Indicador de desempenho:** a seguir apresentamos o indicador documentado no SIGPLAN para a SNDEL, a saber:

**I – Indicador:** taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, elaborado em consonância com o PNAD/IBGE.

**II – Tipo:** finalístico

**III – Fórmula de cálculo:** número de pessoas atendidas/beneficiadas no Programa dividido pelo número de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo *per capita* e sem rendimento.

**IV – Método de aferição:** foi utilizado para cálculo da taxa de cobertura o indicador do PNAB/IBGE 2009, o qual aponta que atualmente no Brasil há 30.227.122 (trinta milhões, duzentos e vinte e sete mil, cento e vinte e duas) pessoas em famílias com renda de até ½ salário mínimo *per capita* e sem rendimento.

**V – Área responsável pelo cálculo ou medição:** Departamento de Políticas Sociais

**VI – Resultado do indicador no exercício:** Dividindo o número de beneficiados pelo Programa (considerando convênios pagos e empenhados em 2011) nas ações de funcionamento de núcleos, ou seja, 217.699 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e noventa e nove) pelo número de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo *per capita* e sem rendimento, 30.227.122 (trinta milhões, duzentos e vinte e sete mil, cento e vinte e duas), chegamos a uma taxa de cobertura de **0,72%**.

Com base neste indicador, o resultado de 2011 pode ser considerado como negativo, no que diz respeito à execução orçamentária e às metas físicas. Cumpre ressaltar que, quando considerados os convênios que estiveram em execução durante o ano de 2011, independente do exercício orçamentário de formalização, temos o equivalente a 1.041.100 (hum milhão, quarenta e um mil e cem beneficiados), o que eleva o índice do indicador para **3,44%**. Este índice pode ser considerado como positivo, em função do contingenciamento e da reestruturação do

Ministério do Esporte, e apesar da limitação do próprio indicador do Programa, que representa apenas duas ações do Programa.

**VII – Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:**

Os motivos que levaram à disparidade entre o previsto e o executado incluem:

a) contingenciamento dos recursos previstos do Programa, tanto da Programação Nacional quanto das emendas parlamentares. O caso das emendas foi mais significativo por representar a maior parcela do orçamento e ter tido apenas uma pequena parte dos recursos liberados. Considerando que esta liberação deu-se no final do exercício orçamentário 2011 não houve tempo hábil para elaboração dos projetos, análise e conveniamento;

b) mudanças estruturais no Ministério do Esporte que colocaram o Programa em outra Secretaria e reduziram a estrutura de recursos humanos em mais de 50%. Uma das consequências deste processo de reestruturação foi a impossibilidade de realização do edital de chamada pública, previsto para seleção de projetos a serem apoiados pelo Programa. Os convênios firmados foram renovações de convênios com parceiros selecionados em editais anteriores, cuja execução foi avaliada como muito boa. Por conta deste processo de reestruturação e do contingenciamento orçamentário também não foi possível realizar a reunião nacional de gestores, agentes, coordenadores, formadores e pesquisadores do Programa, prevista para junho de 2011;

c) publicação do decreto 7.592/2011, o qual exige realização de edital para conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos. O referido decreto atingiu especialmente as emendas parlamentares, uma vez que a maior parte delas destinava-se a este perfil de entidade.

**VIII – Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas do insucesso neste indicador e responsáveis:**

Apesar da baixa execução orçamentária podem-se ressaltar diversas ações no sentido de garantir que os objetivos do Programa continuem sendo perseguidos, tais como:

1. Realização de 118 visitas técnicas de monitoramento, nas quais prima-se pela formação dos gestores e agentes, no sentido de garantir a qualificação da execução do Programa.

2. Lançamento e distribuição das coletâneas *Cadernos Interativos - elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo e Política intersetorial PELC/PRONASCI*, as quais oferecem subsídios que contribuem com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer.

3. Implementação dos primeiros PELC indígenas, construídos e desenvolvidos de acordo com as necessidades, interesses e cultura destes povos. Estão em funcionamento nas aldeias Xavante, Terena e Wai Wai. O primeiro PELC em presídio também está em implementação, procurando superar as dificuldades de acesso aos presídios para garantir o direito ao esporte e ao lazer a este público. As regiões rurais também começam a ser atendidas pelo PELC em convênios com as prefeituras e universidades.

4. Realização de 180 módulos de formação, capacitando 5.393 agentes sociais, coordenadores e gestores do Programa em 20 estados da federação, sendo 140 formações da ação 2667, PELC todas as idades e 14 do PRONASCI; e 26 da ação 2C60, Vida Saudável. Foram desenvolvidos 73 Módulos Introdutórios e 107 de Avaliação.

5. Realização de dois encontros de formadores, nos quais se discutiu o processo de formação e propostas de qualificação do Programa.

6. Desenvolvimento e implantação da plataforma *on line* Fórum PELC Projeto de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, que permite a interação entre os formadores, gestores e coordenação do Programa.

7. Elaboração e distribuição de um material de orientação aos parlamentares, acerca das orientações para apresentação de emendas ao Programa.

A baixa execução financeira do Programa em 2011 não chegará a comprometer sua continuidade, uma vez que em 2011 foram pagos 59 convênios de 2010 que estavam inscritos em restos a pagar, os quais devem seguir em execução em 2012, quando será realizado novo edital de seleção de projetos.

## 6.0 RESTOS A PAGAR DE ANOS ANTERIORES

QUADRO 38 - PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	431.224,74	2.868,20	427.118,62	1.237,92
2009	108.810,95		104.610,95	4.200,00
2008				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	22.415.328,83	1.512.148,04	10.918.730,52	9.984.450,27
2009	1.056.370,51	647.564,78	388.953,79	19.851,94
2008	281.360,75	274.070,75	7.290,00	
2007	3.335.684,35	3.329.062,35	6.622,00	
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI

O quadro acima registra os saldos dos empenhos Inscritos em Restos a Pagar ao longo dos exercícios de 2008, 2009 e 2010, relativos a ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade, exceto a Ação 5450 que visam a implantação e modernização de infraestrutura esportiva para o esporte recreativo e de lazer, cuja gestão é da Secretaria Executiva. Os valores refletem a gestão da Unidade frente a esses compromissos em 2011, ressaltando que o Decreto nº 7418, de 31 de dezembro de 2010, prorrogou até 30 de abril de 2011 os restos a pagar de 2007, 2008 e 2009. Salientamos que foram rescindidos 29 convênios de 2010 inscritos em Restos a Pagar, por decisão do Ministério do Esporte, com Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos, tendo como referência o Decreto nº 7568, de 11 de setembro de 2011.



## 7.0 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

Nessa parte do Relatório está registrada a composição dos recursos humanos da SNDEL, incluindo servidores, estagiários e as despesas realizadas nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

### 7.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

O quadro 41 compreende algumas tipologias de cargos da Administração Pública, enquanto as quatro (4) colunas restantes informam sobre a Lotação Autorizada, a Lotação Efetiva, o número de Ingressos em 2011 e o número de Egressos em 2011, para cada tipologia discriminada na primeira coluna, na Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, em 2011. Considerando a proposta de reestruturação regimental do Ministério do Esporte, diversos cargos foram remanejados e/ou ficaram vagos no decorrer do exercício de 2011.

O quadro 46 identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ, considerando o exercício 2011 no seu todo.

QUADRO 39 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provento de cargo efetivo (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		<b>3</b>		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
<b>2 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3 Total de Servidores (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: CGRH/ME

QUADRO 40 - SITUAÇÃO QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	
Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos ( 1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	

2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>0</b>

QUADRO 41 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ EM 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>15</b>
1.1 Cargos Natureza Especial				
1.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		<b>12</b>	<b>3</b>	<b>15</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		<b>3</b>		<b>3</b>
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		<b>4</b>		<b>1</b>
1.2.4 Sem vínculo		<b>5</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

1.2.5 Aposentado				1
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>15</b>

FONTE: CGRH (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

## 7.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

O quadro abaixo contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no quadro anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

QUADRO 42 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	
1.1. Membros de poder e agentes políticos						
1.2. Servidores de Carreira	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>		
1.3. Servidores com Contratos Temporários						
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1. Cargos de Natureza Especial						
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>			
2.3. Funções gratificadas						
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

Fonte: CGRH/ME

## 7.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por escolaridade

O quadro abaixo contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação. O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no quadro anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

QUADRO 43 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
1.1. Membros de poder e agentes políticos											
1.2. Servidores de Carreira					3	7					
1.3. Servidores com Contratos Temporários											

<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						5				
2.3. Funções gratificadas										
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

Fonte: CGRH/ME

**LEGENDA:** 1 – Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10- Não Classificada

QUADRO 44 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1 Integral</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2 Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

QUADRO 45 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional		

<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>	0	

#### 7.4 Composição do Quadro de Estagiários

A composição do quadro de estagiários da UJ contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes pelo nível de escolaridade exigido, distinguindo-se a alocação na área fim e na área meio, conforme apresentado no quadro abaixo.

QUADRO 46 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1. Área Fim					
1.2. Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1. Área Fim					
2.2. Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>					

Fonte: CGRH/ME

#### 7.5 Custos de recursos humanos

A composição do quadro de custos de recursos humanos da UJ discrimina, para sete (7) tipologias de servidores, as despesas realizadas nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 a título de sete (7) diferentes naturezas de despesa com pessoal. Os valores não foram registrados considerando as dificuldades enfrentadas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos em compô-lo, tendo em vista a extinção da Secretaria no decorrer de 2011.

QUADRO 47 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

**Falta este quadro no Relatório**

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
	2010									
	2009									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										

Exercícios	2011														
	2010														
	2009														
Servidores com Contratos Temporários															
Exercícios	2011														
	2010														
	2009														
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença															
Exercícios	2011														
	2010														
	2009														
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial															
Exercícios	2011														
	2010														
	2009														
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior															
Exercícios	2011														
	2010														
	2009														
Servidores ocupantes de Funções gratificadas															
Exercícios	2011														
	2010														
	2009														

## 7.6 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da obrigação de entrega a DBR

QUADRO 48 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
<b>Autoridades</b> (Inciso I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			3
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b>	Obrigados a entregar a DBR	3		
	Entregaram a DBR			9

(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Não cumpriram a obrigação			
--	---------------------------	--	--	--

Fonte CGRH/ME

## Análise Crítica

Não se aplica.

O Ministério do Esporte, como órgão principal, possui uma Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), que gerencia a recepção das DBR's de todas as Unidades desse Ministério. A CGGP informou que não dispõe de sistema informatizado para esse gerenciamento. Portanto, a recepção se dá em papel, tanto na forma de DBR impressa e lacrada, quanto no formulário de autorização de acesso.

As DBR's são guardadas em arquivo com chave, preservando o sigilo das informações.

Não compete a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, análise quanto a incompatibilidade patrimonial do servidor.

Quanto ao servidor que não cumpriu a obrigação de entrega da DBR, comunica-se à unidade responsável por incluir a informação no Relatório de Gestão do exercício. Não houve descumprimento da Lei nesse caso.

## 7.7 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O quadro abaixo mostra os indicadores referentes aos servidores da UJ.

QUADRO 49 - INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

	QUANTIDADES	DIAS
ABSENTEÍSMO	13	47
ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS	0	0
EDUCAÇÃO CONTINUADA	0	0
DISCIPLINA	0	0
APOSENTADORIA VERSUS REPOSIÇÃO DO QUADRO	0	0

Fonte CGRH/ME

## 8.0 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

### 8.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

No QUADRO 50 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (ANEXO 07) estão relacionados os convênios do PELC efetuados por essa Secretaria, incluindo os valores pactuados, repassados e a vigência dos mesmos.

## 8.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

No QUADRO 51 - INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Estão os dados totais sobre a prestação de contas da totalidade do Ministério do Esporte.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte e Lazer na Cidade						
CNPJ: 02.961.362.0001-74			UG/GESTÃO:180002/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de repasse	
	2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		14	
Montante Repassado			2.564.090,00			
Com prazo de prestação de contas vencido		Contas prestadas	Quantidade		0	
			Montante Repassado		0	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		2	
			Montante Repassado		256.343,00	
2010	Contas prestadas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		800.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		41		
		Montante Repassado		13.187.127,52		
2009	Contas prestadas	Quantidade		16		
		Montante Repassado		3.459.093,04		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		47		
		Montante Repassado		14.024.841,56		
Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		169		
		Montante Repassado		46.763.185,14		

## 8.3 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

No QUADRO 52 - INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Os dados totais sobre os quantitativos e montantes das prestações de contas do Ministério do Esporte.

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria Nacional de Esporte e Lazer na Cidade				
CNPJ: 02.961.362.0001-74		UG/GESTÃO:180002/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de



			Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas		16	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	14	
		Montante repassado (R\$)	2.564.090,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0
			Quantidade Reprovada	0
			Quantidade de TCE	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	2
Montante repassado			256.343,00	
2010	Quantidade de contas prestadas		1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	41	
		Montante repassado (R\$)	13.187.127,52	
2009	Quantidade de contas prestadas		16	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	13	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	60	
Montante repassado		16.723.655,56		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	169	
		Montante repassado	46.763.185,14	

### Análise Crítica

A análise da Prestação de Contas dos convênios da SNDEL é dividida entre dois setores do Ministério, ficando sob a responsabilidade da referida Secretaria a análise do aspecto técnico (Relatório de Cumprimento do Objeto) e da Coordenação Geral de Prestação de Contas/DGI/SE/ME a análise quanto ao mérito financeiro.

Embora essa divisão seja justificada em face da estrutura física e de pessoal das unidades, na prática enseja desconpassos nos períodos das análises, no método e entendimentos para a avaliação. Tais problemáticas foram gradativamente combatidas, principalmente com a nova sistemática de análise desta Secretaria, que abraçou o PELC quando de sua reformulação estrutural. No entanto, a análise conclusiva final das contas dos convênios depende das duas áreas supracitadas, condição que ainda causa disparidades temporais das análises em comento, conforme percebido nos quadros acima, os quais tiveram seus dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Ademais, outros fatores interferem nesse procedimento, a exemplo da limitação quantitativa e qualitativa de pessoal para o desempenho de tal mister, o que enseja o acúmulo de processos com análises pendentes, morosidade na abertura de diligências, gerando por consequência dificuldades na análise devido ao lapso temporal entre a execução e a análise das contas e a falta de efetividade na avaliação da política pública para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e evitar prejuízos ao erário.

Apesar dos esforços empreendidos, não foi possível o cumprimento integral da demanda natural das Prestações de Contas Técnicas, em virtude do impacto no início de 2011, tendo em vista a realização nova CGFOR, criada após a fusão das Secretarias, de 4 (quarto) Processos Seletivos para Formalização de Parcerias (PST Padrão, PST Universitário, PST/Pessoa com Deficiência, PST Navegar), a equipe técnica, quase em sua totalidade, dedicou seus esforços na formalização de Parcerias. Ao todo foram analisadas, mais de 2.230 (duas mil, duzentos e trinta) propostas encaminhadas, nos quarto processos seletivos.

#### 8.4 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria Nacional de Esporte e Lazer									
CNPJ: 02.961.362/0001-74					UG/GESTÃO: 180002/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados				Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	767922/2011	18401059000157	R\$ 271.400,00	R\$ 21.712,00		R\$ 249.688,00	30/12/11	01/03/13	1
1	767916/2011	18715383000140	R\$ 1.388.190,00	R\$ 388.190,00		R\$ 1.000.000,00	30/12/11	30/04/13	1
1	764601/2011	11030772000192	R\$ 1.108.148,40	R\$ 208.148,40		R\$ 900.000,00	20/12/11	19/02/13	1
1	764938/2011	83395921000128	R\$ 51.000,00	R\$ 16.000,00		R\$ 35.000,00	30/12/11	30/12/12	1
1	764861/2011	00331801000482	R\$ 145.069,54	R\$ 75.069,54		R\$ 70.000,00	14/12/11	13/12/12	1
1	764596/2011	92963560000160	R\$ 480.000,00	R\$ 80.000,00		R\$ 400.000,00	20/12/11	19/02/13	1
1	764595/2011	39485412000102	R\$ 326.155,00	R\$ 40.000,00		R\$ 286.155,00	20/12/11	19/02/13	1
1	764591/2011	13128780009581	R\$ 208.333,33	R\$ 8.333,33		R\$ 200.000,00	20/12/11	19/02/13	1
1	764589/2011	03155926000144	R\$ 230.360,00	R\$ 30.360,00		R\$ 200.000,00	20/12/11	19/02/13	1
1	756145/2011	37464997000140	R\$ 107.154,00	R\$ 37.154,00		R\$ 70.000,00	30/12/11	01/03/13	1
1	756143/2011	83026773000174	R\$ 108.887,00	R\$ 21.635,00		R\$ 87.252,00	30/12/11	01/03/13	1
1	756144/2011	07598634000137	R\$ 176.879,00	R\$ 20.536,00	R\$ 156.343,00		10/11/11	10/01/13	1
1	755978/2011	07158647000195	R\$ 118.168,00	R\$ 18.168,00	R\$ 100.000,00		28/10/11	28/12/12	1

QUADRO 53 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
Nome: Secretaria Nacional de Esporte Esporte Lazer na Cidade						
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	16	42	63	2.820.433,00	13.987.127,52	17.483.934,60
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	16	42	63	2.820.433,00	13.987.127,52	17.483.934,60

### 8.5 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO 54 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Fonte: SIAFI

**QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE**

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
Nome: Secretaria Nacional Esporte Lazer na Cidade					
CNPJ: 02.961.362/0001-74			UG/GESTÃO: 180002/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	140	37.682.583,97	37.426.240,97	256.343,00	99,32%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>	140	37.682.583,97	37.426.240,97	256.343,00	99,32%

### Análise crítica:

Considerando o processo de extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer que se estendeu pelo exercício de 2011 e o contingenciamento orçamentário que atingiu mais de 80% dos recursos das emendas parlamentares e de 50% da Programação Nacional, percebe-se uma significativa redução na quantidade de convênios firmados. No entanto, a execução do Programa continua, tendo em vista convênios firmados em exercícios anteriores e em vigência.

### 9.0 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES CONTIDAS NAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Marília Ferreira Galvão**, CPF nº **416.450.061-15**, **Assistente**, exercido na **Coordenação de Gestão de Compras e Contratações da Coordenação Geral de Recursos Logísticos**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília,        de março de 2012.



---

**Marília Ferreira Galvão**

**416.450.061-15**

**Assistente/COGEC/CGLOG**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Adriano Rosa de Arruda, CPF nº 297.782.981-49, Coordenador de Convênios, exercido na Coordenação Geral de Convênios declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 20 de março de 2012.

  
ADRIANO ROSA DE ARRUDA

297.782.981-49

Coordenador - CGCONV

**10.0 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SNDEL EM 2011**

As demandas oriundas de Órgãos de Controle em relação às ações da extinta SNDEL estavam sob a responsabilidade de atendimento do Gabinete da Secretaria. Tal decisão foi adotada objetivando possibilitar um controle mais efetivo sobre o conteúdo das respostas e cumprimento de prazos assinalados, já que para o atendimento se faz necessário consolidar informações, inclusive de vários setores dos Departamentos, da Secretaria ou do Ministério, e emitir posicionamento da gestão acerca do assunto tratado.

**11.0 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

Não se aplica

**12.0 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

As informações integram relatório consolidado SE/ME

### **13.0 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA SNDEL**

A limitação orçamentária e financeira, agregado a escassez de recursos humanos qualificados, impediram que a extinta Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, obtivesse um Sistema Gerencial próprio, de banco de dados pertinentes ao Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Dessa forma, optou-se pelo uso de planilhas de sistemas operacionais usuais, como forma de garantir e assegurar as informações das ações garantidas na LOA.

### **14.0 INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO**

Não se aplica.

### **15.0 INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA SNDEL**

Não se aplica.

### **16.0 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Não houve deliberações no primeiro semestre de 2011 e as informações referentes ao segundo semestre constam no relatório SNELIS, página 108.

### **17.0 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

Não se aplica.

## **18.0 RESULTADOS E CONCLUSÕES**

O foco do desporto de participação está na universalização do conhecimento e na democratização das práticas do Esporte e do Lazer para todas as faixas etárias, contemplando a diversidade cultural do país, com indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população rural e de áreas de assentamento, assim como pessoas com deficiências, priorizando o atendimento daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. O Programa Esporte e Lazer da Cidade, responsável por esta manifestação, alia a democratização de práticas de esporte recreativo e de lazer com universalização de conhecimentos, formação continuada de gestores e da população beneficiada e implementação de instrumentos participativos de gestão, como Edital Público, criação de sistema de avaliação participativa e controle social.

O Programa, realizado em parcerias com estados e prefeituras e com a sociedade civil organizada, atende pessoas de todas as regiões do país, sendo também parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, do Ministério da Justiça, o PRONASCI, consolidando suas relações intersetoriais. De 2003 a 2011, mais de mil e quinhentos municípios implementaram o Programa que, além de garantir o acesso às atividades em si, permitiu a

capacitação de 20 mil agentes sociais de esporte e de lazer para, a partir da experiência desenvolvida, darem continuidade à ação, fomentando o desenvolvimento de políticas locais de esporte e de lazer. Em parceria com as Instituições de Ensino Superior e Centros de Pesquisa foi instituída a Rede CEDES (Centros de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer) que permitiu a ampliação das condições de avanço nas ciências e tecnologias, que qualificam as políticas públicas de esporte e lazer do Brasil e contribuem com os intercâmbios internacionais, especialmente latino-americanos, que vêm sendo estabelecidos nestes últimos anos.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Programa Esporte e Lazer da Cidade vivenciou uma situação atípica em 2011, considerando a decisão política do Ministério do Esporte, tomada em fevereiro e efetivada em julho de 2011, de extinguir a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL, responsável pela sua execução. Nesta configuração, durante o período em questão o Programa passou à responsabilidade da nova Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, criada em 21 de julho de 2011, pelo Decreto nº 7.529.

Somado ao processo de reestruturação, o contingenciamento orçamentário contribuiu para que diversas ações físico/financeiras previstas não pudessem ser concretizadas, conforme pode ser observado em relação ao Relatório de Gestão do Exercício de 2010.

### **Análise de desempenho**

#### **➤ EFICIÊNCIA:**

A análise geral das ações do Programa, em termos orçamentários/financeiros, mostra que a gestão teve um índice de eficiência média de 21,35 %, se considerados os valores empenhados e pagos, em relação ao previsto. Valores que representam mais diretamente as dificuldades enfrentadas no exercício de 2011, como o contingenciamento, as condições internas de serviço, articulações internas e externas que impediram um maior nível de execução financeira. As principais dificuldades encontradas no pagamento para a efetivação das ações se dão pela demora em liberação financeira ao ME, nas descentralizações de crédito e no reduzido espaço de tempo para pagamento dos convênios. Isto é causado pelas dificuldades de elaboração e cumprimento das exigências por parte das entidades convenentes, pelos entraves internos de limite de pessoal dos setores responsáveis pela tramitação dos pleitos e pelo fator já apontado – o contingenciamento. Quanto à capacidade do Programa de cobrir os custos das ações é possível perceber que a eficiência é muito boa. Cada ação tem seu produto e unidade de medida específica, o que dificulta este cálculo. A formação de agentes de esporte e lazer é uma ação que aumenta a eficiência, pois permite a qualificação do trabalhador envolvido nos municípios e núcleos do Esporte e Lazer da Cidade.

#### **➤ EFICÁCIA:**

A variação aponta para possibilidades de melhoria entre o planejado e o realizado, tanto física quanto financeiramente, para que se alcance a execução desejada. Além disso, considera-se, na presente avaliação, como resultado de eficácia do Programa o fato de que todas as ações desenvolvidas pela SNDEL contribuíram significativamente para a legitimidade do Programa, crescentemente reconhecido como instrumento político de produção, registro e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos fundamentais para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Deste ponto de vista, podem ser estabelecidas correlações importantes dos efeitos e esforços empreendidos para obtenção dos resultados alcançados.

➤ **EFETIVIDADE:**

É necessário estabelecer um marco causal entre a ação e as mudanças ocorridas. Neste sentido, o Programa vem atingindo suas metas, enquanto execução de seus convênios, alcançando uma significativa efetividade social, haja vista o diálogo e a interação local com outras políticas governamentais. Como resultado efetivo, foram aprofundadas, em 2011, ações intersetoriais articuladas com o MEC, através do Programa Mais Educação e do Escola Aberta; com o Ministério da Justiça, através do PRONASCI; com a Secretaria dos Direitos humanos, com as políticas para pessoas idosas; com o Ministério da Saúde, em ações de promoção da saúde, possibilitando mudança possíveis a partir do potencial cultural local, com a participação dos mais diversos setores sociais, tanto no que diz respeito à representação de segmentos (infância, juventude, adulto, idoso e Pessoas com Deficiência) como de organizações sociais (movimentos organizados, associações, grupo de jovens, grupos culturais etc.). Cabe destacar aqui o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, qualificando o papel do gestor local e dos agentes junto às comunidades atendidas e alterando, de maneira significativa, a forma como os gestores locais vêm construindo o conceito de Política Pública de Esporte e Lazer. Em relação ao desempenho geral do Programa pode-se afirmar que o mesmo vem cumprindo significativamente a meta de contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer no país, apesar de ainda contar com escassos recursos financeiros e de pessoal. A questão da elaboração e aplicação de indicadores que reflitam, de maneira mais fiel, a realidade das ações do Programa, continua sendo um desafio.

**ANEXO 01 - Relação de livros publicados pela Rede CEDES em 2011**

1.	Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas - 2ª Edição
2.	Realidade Virtual na Paralisia Cerebral
3.	Movimento Revista da Escola de Educação Física Vol. 17 N° 1
4.	Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Novos Olhares
5.	Jogos, Celebração, Memória e Identidade
6.	Práticas Corporais em Comunidades Quilombolas de Goiás
7.	Turnerschaft Club Gymnastico Juiz de Fora (1909-1979)
8.	Lazer e Sociedade: Lazer e Ambiente: Proposta, Tendências e Desafios
9.	Lazer e Sociedade: Lazer, Turismo e Atuação Profissional
10.	Sobrepeso e Obesidade Infantil: Implicações de um Programa de Lazer Físico- Esportivo
11.	O Brasil na Copa a Copa no Brasil
12.	Brincar, Jogar, Viver: Lazer e Intersetorialidade Com o PELC 2ª Edição
13.	Estudos Sobre Gestão do Programa Esporte e Lazer da Cidade
14.	Corpo, Saúde e Práticas Corporais na Meia Idade
15.	Democracia Participativa e Políticas Públicas de Esporte e Lazer
16.	Esporte e Cultura: Esportivização de Práticas Corporais nos Jogos dos Povos Indígenas
17.	Bu' Ūgü I Tikunagü Arü I' Áwe' Etchiga: O Livro de Brincadeiras do Povo Tikuna
18.	Rede Latino-Americana De Lazer, Esporte E Ducação Integrada
19.	Esporte, Lazer E Políticas Públicas Na Região Dos Lagos
20.	Lazer, Turismo e Hospitalidade: Desafios Para as Cidades Sede e Sub Sedes de Megaeventos Esportivos 2ª ed.
21.	Gestão de Políticas de Esporte E Lazer: Experiências, Inovações, Potencialidades e Desafios
22.	A Realidade Pública do Esporte nos Municípios da Região Médio Rio Grande do Estado de Minas



	Gerais
23.	Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte Brasileiro: existente e o necessário
24.	Em Favor do Cotidiano: Lazer e Políticas Culturais em Goiânia
25.	Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Me. 2ª ed.
26.	Lazer e Cidadania: Horizontes de uma construção coletiva
27.	Gestão de Esporte e Lazer
28.	Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste Brasileiro: participação popular e controle social em questão
29.	Gestão da Política Intersetorial: contribuição do PELC
30.	Gestão de Políticas de Esporte e Lazer: princípios e pressupostos teóricos
31.	Sistema Nacional de Esporte e Lazer
32.	A importância da Recreação e do Lazer
33.	Lazer na Escola Brasileira
34.	Dimensão Cultural do Lazer no Cotidiano Escolar
35.	Lazer e Escola: experiências
36.	Cadernos de Formação RBCE V. 2 N. 1
37.	Cadernos de Formação RBCE V. 2 N. 2
38.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte: Florianópolis, V. 33, N. 1
39.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte: Florianópolis, V. 32, N 2-4

#### ANEXO 04 – Cronograma 2011 – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

##### SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER CRONOGRAMA 2011

MÊS	DATA	EVENTO	LOCAL
<b>JANEIRO</b>		- Demandas internas previstas	SNDEL
	24	- Planejamento da SNDEL para 2011	SNDEL
	26	- Definição da cidade sede dos Jogos dos Povos Indígenas	SNDEL
	31	- Planejamento da SNDEL para o período de 2011-2014	SNDEL
<b>FEVEREIRO</b>	01	- Oficina envelhecimento ativo e saudável	SDH
	03	- Vídeo conferência para elaboração do Programa Nacional de esporte, lazer e atividade física – MS e ME	MS
	10	- Missão Holandesa	Brasília
		- Planejamento dos Departamentos da SNDEL	SNDEL
		- Retomada da parceria PELC/PRONASCI com MJ	SNDEL
		- Contato com parlamentares que têm ou tiveram emenda do PELC	
<b>MARÇO</b>	15 e 16	- Oficina para definição do Programa Nacional de esporte, lazer e atividade física – MS e ME	Brasília
	17, 18 e 19	- Reunião de formadores do PELC	Brasília
	18	- Lançamento das Cartilhas PELC PRONASCI	Brasília
		- Definição do Edital de Revistas e Periódicos	SNDEL
<b>ABRIL</b>	04	- Seminário interno da SNDEL	Brasília
	08	- Avaliação PPA 2010	SIGPLAN

		- Reunião preparatória final para o DNPQV	SNDEL
	10	- Dia Nacional de Promoção da Qualidade de Vida	Brasília
	1ª quinzena	- Encontros com parceiras para o monitoramento do PELC e a formação de gestores – fóruns regionais	Regionais
		- Preparação dos Editais do PELC Núcleos e da Rede CEDES	Brasília
		- Missão do Panamá	Brasília
		- Preparação do II Seminário Latino-americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação	Brasília
<b>MAIO</b>	1ª quinzena	- Realização do Encontro da Rede Nacional de Formação	Brasília
		- Edital de Revistas e Periódicos	
		- Reuniões regionais preparatórias do Encontro Nacional do PELC com governos estaduais e parceiros	Estaduais
		- Reunião de Integração da Rede CEDES e CENESP	Brasília
		- Participação na elaboração PPA 2012 - 2015	Brasília
		- Formação primeiro PELC indígena – Wai-Wai	Pará
<b>JUNHO</b>		- Realização do Encontro Nacional do PELC	Brasília
		- II Seminário Latino-americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação	
		- Mobilização local para os Jogos Indígenas e finalização dos Projetos (LIE e ME)	Brasília
		- Capacitação de gestores	
<b>JULHO</b>		- Curso monitoramento e avaliação de convênios para a equipe da SNDEL	
		- Formação e lançamento de mais dois PELCs Indígenas	
		- organização encontro de Pesquisadores da Rede CEDES e de Formadores PELC	
<b>AGOSTO</b>		- Edital do PELC Funcionamento de Núcleos	Brasília
		- Edital da Rede CEDES	Brasília
		- Realização de encontro de Formadores PELC e Pesquisadores Rede CEDES	
<b>SETEMBRO</b>		- Seleção de inscritos no Edital do PELC Funcionamento de Núcleos	Comissão
		- Seleção de inscritos no Edital da Rede CEDES	Comissão
<b>OUTUBRO</b>		- 08 a 15 XI Jogos dos Povos Indígenas	Tocantins
<b>NOVEMBRO</b>		- Elaboração do Planejamento SNDEL 2012	SNDEL
		- Divulgação dos resultados dos Editais do PELC Núcleos e da Rede CEDES	
		- Jogos Brasileiros dos Idosos	
<b>DEZEMBRO</b>		- Lançamento do Livro da Formação	

## ANEXO 02 – Edital da Rede CEDES

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA**  
**MINISTÉRIO DO ESPORTE - SECRETARIA EXECUTIVA**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO REDE CEDES**  
**SELEÇÃO PARA APOIO A PROJETOS DE PESQUISA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DO**  
**ESPORTE E DO LAZER**

O Ministério do Esporte (ME), por intermédio da Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, na forma e nas condições estabelecidas no presente Edital, torna pública a Chamada para apresentação de projetos de pesquisa nos campos do esporte e do lazer.

## **1. DO OBJETO**

O objeto do presente Edital consiste na seleção, para apoio financeiro, de projetos de pesquisa nos campos do esporte e do lazer, fundamentado em pesquisa social e desenvolvido por Instituições de Ensino Superior (IES), visando à qualificação de políticas públicas nessas áreas.

## **2. DAS DEFINIÇÕES**

Para efeito deste Edital considera-se:

**2.1. Rede CEDES** – denominação representativa genérica para o conjunto de Instituições de Ensino Superior que, por meio de pesquisa social, realiza estudos visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. A Rede, fomentada pela Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, do Ministério do Esporte, tem como objetivos gerar, articular e difundir ações científicas e tecnológicas no campo do esporte e do lazer.

**2.2. Instituições Proponentes** – Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que apresentem projetos de pesquisa nos termos descritos neste Edital.

**2.3. Instituições Intervenientes** – órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em próprio nome.

**2.4. Contrapartida** – É a participação econômica da entidade conveniente ou contratada para a execução do objeto do projeto, devendo ser mensurável do ponto de vista econômico, de acordo com art. 20 da Portaria Interministerial nº127/2008. No caso de Transferências Voluntárias, destinadas a Estados, Distrito Federal e Municípios, o Artigo 39, § 1º da Lei nº 12.309/2010 – LDO, determina que a contrapartida deve ser exclusivamente financeira.

**2.5. Chamamento Público** – É o procedimento público que visa a selecionar por meio de critérios objetivos e preestabelecidos, projetos, órgãos ou entidades que tornem mais eficaz a execução de programas federais.

**2.6. Convênio** – Acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

**2.7. Termo de Cooperação** – Instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente, conforme Portaria Interministerial nº127/2008, de 20 de maio 2008.

## **3. DAS LINHAS DE PESQUISA**

Os projetos apresentados devem ser propostos considerando-se as linhas de pesquisa a que se referem às temáticas prioritárias da política social desenvolvida pelo Ministério do Esporte, e especialmente:

### **3.1. Sistema Nacional de Esporte e Lazer.**

Estudos realizados a partir das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e/ou Municipais de Esporte, considerando seus fundamentos e referências, eixos e marco legal, redes de interações, dentre outros aspectos básicos referentes ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

### **3.2. Desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer que contemplem a diversidade cultural, regional e de faixas etárias.**

Estudos de abrangência local, regional e nacional com foco no esporte voltado ao lazer, desenvolvidos para universalização do conhecimento e democratização das práticas do esporte e do lazer para todas as faixas etárias, contemplando a diversidade cultural do País, representada pelos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população rural e de áreas de assentamento, da região do semiárido brasileiro, assim como pessoas com deficiência.

### **3.3. Gestão de políticas de esporte e de lazer.**

Estudos sobre gestão de políticas e programas de esporte e de lazer que impulsionem o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, educacional, recreativo e de lazer; que promovam a inclusão social, por meio da qualificação do acesso ao esporte, otimizando os investimentos na área; que propiciem o alcance de seus resultados e aumentem a interação entre o poder público e a sociedade civil, considerando planejamento, formação e gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias e controle social.

### **3.4. Ações Intersetoriais de esporte e de lazer.**

Estudos que subsidiem programas intersetoriais das áreas do esporte e do lazer, desenvolvidos nos âmbitos federal, estadual e do Distrito Federal, sobre os projetos de prática esportiva e de lazer voltados às comunidades. Formação de agentes sociais e gestores de esporte e lazer; capacitação de recursos humanos que atuem em projetos esportivos sociais integrados com outras áreas da política social brasileira como: educação, turismo, segurança, saúde, trabalho, juventude, cultura, meio ambiente, desenvolvimento social, etc.

### **3.5. Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer.**

Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo Governo Federal, em particular, os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, BolsaAtleta e Jogos dos Povos Indígenas, apresentando as boas práticas locais, regionais e nacionais e os casos de sucesso.

### **3.6. Impactos e Legados sociais de megaeventos esportivos.**

Estudos sobre os benefícios que possam advir de investimentos dos diversos programas do governo e da iniciativa privada, voltados para o esporte, em função da realização de grandes eventos esportivos (Copa 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, etc.), tornando-os concretos e perenes para a população brasileira: garantindo de fato o legado social; qualificando a gestão; a formação, o desenvolvimento da ciência; da tecnologia e da inovação. Definição e foco nas prioridades para a entrega do legado esportivo que possibilite a difusão da prática esportiva na sociedade como direito social para toda a população brasileira.

### **3.7. Memória do esporte e do lazer.**

Estudos sobre memórias do esporte, do lazer e da educação física no Brasil.

### **3.8. Tecnologias e mídias: suas implicações no esporte e no lazer**

Estudos relacionados às tecnologias da informação, da comunicação, de jogos e de documentação, em especial a internet, jornais, revistas, cinema e jogos eletrônicos, no âmbito do esporte e do lazer, analisando de forma crítica as implicações sobre a sociedade.

### **3.9. Infraestrutura de esporte e de lazer.**

Estudos sobre a implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infraestruturas públicas de esporte e lazer, considerando demandas e necessidades da população e das políticas desenvolvidas.

### **3.10. Estudos relacionados especificamente às pessoas com deficiência.**

Estudos de abrangência local, regional e nacional com a finalidade de garantir e oportunizar programas e espaços para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas e de lazer às pessoas com deficiência.

## **4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA**

**4.1.** As instituições interessadas em apresentar propostas deverão atender às condições previstas neste Edital, na Portaria Interministerial nº 127/2008 e na Portaria nº 183 de 5 de outubro de 2006 – ME, para possível celebração dos futuros instrumentos que formalizarão a transferência dos recursos solicitados.

**4.2.** Poderão participar desta Chamada Pública proponentes que representem Instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional executar atividades de pesquisa de caráter científico e tecnológico. O proponente poderá ser representado por Instituição ou Fundação de Apoio criada para tal fim.

**4.2.1.** Parágrafo único: a proposta encaminhada poderá também incluir parceria entre entidades públicas ou privadas com disponibilidade para aportar recursos financeiros e não financeiros, bem como instituições intervenientes que concorram para o desenvolvimento do projeto.

**4.3.** O projeto deverá ser coordenado por profissional do quadro da instituição executora, do qual se exigirá titulação mínima de Mestre, cadastro na Plataforma Lattes do CNPq ([www.lattes.cnpq.br](http://www.lattes.cnpq.br)) e que seja integrante do Grupo de Estudo de Esporte, Lazer e/ou Educação Física da instituição proponente.

**4.3.1** Parágrafo único: o projeto proposto poderá ser realizado, em parceria, com mais de uma Instituição de Ensino Superior, pública ou privada sem fins lucrativos, sendo que o estabelecimento do Convênio, sua coordenação e prestação de contas ficarão sob a responsabilidade da instituição proponente.

**4.3.2** Eventuais instituições parceiras figurarão como intervenientes nos ajustes a serem celebrados.

## **5. DOS PROJETOS**

**5.1.** Os projetos de pesquisa deverão apresentar folha de rosto contendo:

**a)** título e apresentação da proposta datada e assinada pelo/a coordenador/a da pesquisa;

**b)** composição da equipe de trabalho: grupo de estudo responsável, coordenador, pesquisadores e bolsistas (graduação e/ou pós-graduação) do projeto, especificando-se nomes, titulações, tempo de dedicação para pesquisa, curso (s) a que pertence (m) na IES proponente e/ou parceiras.

**5.2.** O texto do projeto deverá explicitar:

**a)** título do projeto;

**b)** justificativa do estudo;

**c)** fundamentação teórica;

- d) objetivos;
- e) público alvo ou população beneficiada pela pesquisa de acordo com o objeto do projeto;
- f) metodologia;
- g) cronograma de ações;
- h) infraestrutura física e tecnológica utilizada na pesquisa;
- i) orçamento detalhado dos recursos financeiros solicitados;
- j) previsão do serviço de postagem dos livros (remessa dos livros a partir do endereço da instituição responsável pelo convênio, tendo como destino o Ministério do Esporte, em Brasília);
- k) cronograma físico-financeiro de 12 meses;
- l) bibliografia básica da pesquisa.

**5.3.** No caso de parceria entre instituições para a execução do projeto, deverão ser explicitadas, de forma clara, as atividades de execução e de gerenciamento específicas de cada entidade parceira e o modo como se dará a coordenação pela instituição proponente.

**5.4.** Nos casos de pesquisas com participação de instituições intervenientes, deverão ser explicitados os interesses das instituições parceiras e o(s) tipo(s) de recursos financeiro ou não-financeiro que será aportado em contrapartida aos recursos solicitados ao Ministério do Esporte.

## **6. DAS CATEGORIAS DE INSCRIÇÃO**

### **6.1. Sobre a Categoria do Projeto:**

Cada projeto deverá ser inscrito em uma das seguintes Categorias:

#### **a) CATEGORIA 1:**

Pesquisa apresentada por, pelo menos, um pesquisador da instituição e do grupo de estudo da proponente.

#### **b) CATEGORIA 2:**

Pesquisa apresentada por um Núcleo, ou seja, por mais de um grupo de estudo da mesma instituição proponente.

#### **c) CATEGORIA 3:**

Pesquisa apresentada e coordenada por uma instituição proponente, envolvendo a parceria de grupos de estudos de, pelo menos, duas instituições de ensino superior diferentes.

### **6.2. Sobre a participação de pesquisadores/coordenadores:**

**a)** Um grupo ou um núcleo (conjunto de grupos de estudos de uma mesma instituição) poderá apresentar mais de um projeto de pesquisa para avaliação neste Edital, desde que contemplem em categorias diferentes.

**b)** Cada pesquisador poderá coordenar apenas um projeto concorrente por este Edital.

**c)** O pesquisador coordenador de um projeto poderá participar também como pesquisador integrante de outros projetos encaminhados.

## **7. DOS CUSTOS DO PROJETO**

**7.1.** Considerando as Categorias de inscrição, o valor máximo a ser solicitado por projeto é de:

**Categoria 1:** R\$ 35.000,00

**Categoria 2:** R\$ 70.000,00

**Categoria 3:**

\* entre 02 instituições – R\$ 60.000,00

\* entre 03 instituições – R\$ 85.000,00

\* entre 04 ou mais instituições – R\$ 110.000,00

**Parágrafo Único:** no caso de pesquisas que demandem mapeamento do Território Nacional vinculadas à Política Nacional de Esporte e Lazer, os recursos poderão ser alterados, a critério da direção da CGCTI/DPGE/SE e de acordo com a disponibilidade orçamentária.

**7.2.** As propostas orçamentárias para desenvolvimento da pesquisa deverão ser aprovadas na Avaliação de Mérito, considerando a recomendação da Comissão Avaliadora dos Projetos, a ser constituída para este fim, e pela CGCTI/DPGE/SE.

**7.3.** De acordo com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, é vedada a celebração de convênios e de termos de cooperação com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo porém admitida a hipótese de consorciamento, prevista no inciso I do § único, artigo 2º, do referido Decreto.

**7.4.** Os projetos selecionados irão compor um banco de projetos a serem contratados conforme a disponibilidade orçamentária do Ministério do Esporte, observada a ordem de classificação, não havendo compromisso por parte da Pasta no que se refere à contratação da integralidade dos projetos recomendados na Avaliação de Mérito.

**7.5.** Buscando garantir a proporcionalidade de apoio aos projetos inscritos por Categoria, bem como o desenvolvimento equitativo regional da Rede CEDES, serão conveniados projetos aprovados pela Avaliação de Mérito (que implica recomendação da Comissão Avaliadora e aprovação da Coordenação-Geral de Ciência,

Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva), observando a proporcionalidade de 30% do orçamento disponível para a Categoria 1; 50% para a Categoria 2 e 20% para a Categoria 3.

**7.5.1** Em caso da insuficiência de projetos aprovados em determinada Categoria, os recursos correspondentes serão distribuídos pelas demais Categorias, considerando a classificação dos projetos na Avaliação de Mérito.

## **8. DA CONTRAPARTIDA**

A Contrapartida será prevista para ações diretamente vinculadas à execução do projeto, sobre o valor total desse, seguindo as disposições do Título III, Capítulo I, da Portaria Interministerial nº 127/2008 e do art. 39 da **Lei nº 12.309/2010**, LDO 2011, que estabelece percentuais e prevê que, para os estados, o Distrito Federal e os municípios a mesma deverá ser exclusivamente financeira. Os percentuais estabelecidos são:

### **8.1. No caso de Instituições Públicas Municipais:**

- a) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento), para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) 4% (quatro por cento) e 8% (oito por cento), para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região Centro-Oeste;
- c) 8% (oito por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

### **8.2. No caso de Instituições Estaduais e do Distrito Federal:**

- a) 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE e da SUDAM e na Região Centro-Oeste;
- b) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

### **8.3. No caso de Instituições Federais não é exigida a contrapartida.**

**8.4.** Para as **Instituições Privadas sem fins lucrativos** será exigida contrapartida financeira de acordo com os percentuais previstos no artigo 39 da **Lei nº 12.309/2010 - LDO 2011**, considerando-se, para esse fim, aqueles relativos aos municípios onde as ações forem executadas.

## **9. DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS**

**9.1** O projeto é específico para apoiar o desenvolvimento de pesquisas inovadoras nos campos do esporte e do lazer, fundamentado em pesquisa social e desenvolvido por Instituições de Ensino Superior (IES), visando à qualificação de políticas públicas nestas áreas. Portanto, não serão financiados.

**9.2.** Apoio para atividades de rotina administrativas.

**9.3.** Pagamento, serviços gerais, luz, telefone (celular e fixo), internet, contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo.

## **10. DAS DESPESAS FINANCIÁVEIS**

Em observância à legislação em vigor poderão ser apoiadas as seguintes despesas:

**10.1. Despesas correntes:** material de consumo, instalação de equipamentos, transporte municipal e intermunicipal, assim como bolsas para o desenvolvimento de estudos de natureza científica, serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica);

**10.2. Despesas de capital:** equipamento, material permanente e material bibliográfico necessário ao desenvolvimento do projeto, cujo valor correspondente ao somatório das despesas será limitado a 15% (quinze por cento) do total dos recursos solicitados ao Ministério do Esporte. Somente poderão receber despesas de capital, as entidades que, em anos anteriores, não foram beneficiadas.

## **11. DOS PRAZOS**

**11.1. Lançamento do Edital da Chamada Pública:** 21/10/2011

**11.2. Data final para envio eletrônico do projeto:** até às 19h (horário de Brasília) do 18º dia após a publicação deste Edital. Data: 09/11/2011.

**11.3. Data final para postagem das cópias impressas do projeto e demais solicitações explícitas no item 12:** até 05 (cinco) dias após a data final para envio eletrônico do projeto. Data: 14/11/2011.

**11.4. Divulgação dos resultados:** até 19 (dezenove) dias após a data final para postagem das cópias impressas do projeto e demais solicitações elencadas no item 11. Data 05/12/2011.

**11.5. Prazo de execução do projeto:** deverá ser de 12 (doze) meses, para o término da pesquisa e envio do produto.

**11.6. Prorrogação do prazo para execução do projeto:** poderá ser prorrogado por até 6 (seis) meses, mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, trinta dias antes do término da vigência ou prazo originalmente estipulado. (Portaria Interministerial 127/2008, Capítulo V, Art. 37).

**11.7. Cronograma:**

### **Evento Data**

Lançamento do Edital 21/10/2011

Período de admissão das propostas no Portal ME 21/10/2011 a 09/11/2011

Período de entrega dos documentos impressos 10/11/2011 a 14/11/2011

Divulgação dos resultados das propostas 05/12/2011

Divulgação dos classificados 05/12/2011

## **12. DAS INSCRIÇÕES**

**12.1.** As propostas deverão ser enviadas ao Ministério do Esporte, por meio da internet, até a data limite estabelecida no item 11.2. dessa Chamada Pública. O preenchimento de dados nos campos eletrônicos deverá ser realizado de acordo com as instruções de inscrição disponíveis na página específica para esta Chamada Pública, no sítio deste Ministério ([www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)). É obrigatória a indexação de uma cópia digitalizada do projeto no ato da inscrição *on line*.

**12.2.** Após a realização da inscrição on-line, o proponente deverá encaminhar ao Ministério do Esporte, no prazo previsto no item 11.3., a seguinte documentação:

**a)** comprovante de inscrição on-line, que será recebido pelo participante ao final do processo de inscrição;

**b)** 2 (duas) cópias impressas do texto do projeto inscrito (em papel A4 e sem qualquer tipo de encadernação ou grampeamento) e 1 (uma) cópia impressa da folha de rosto do projeto.

**12.3.** A documentação impressa poderá ser entregue diretamente no Setor de Protocolo da Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva ou remetida via Correios ao endereço indicado, considerando-se a data limite para o recebimento de documentos impressos, estabelecida no item 11 desta Chamada Pública. Com vistas a registrar o recebimento da documentação, pelo Ministério do Esporte, sugere-se envio com AR (Aviso de Recebimento).

**12.4.** Será considerada como data de recebimento da documentação impressa exigida, na préqualificação, a data de entrada no protocolo na CGCTI/DPGE/SE (caso a entrega dos documentos seja feita pelo próprio interessado) ou a data do carimbo dos Correios.

**12.5.** O envelope de encaminhamento de documentos deve estar identificado com os seguintes dados:

### **CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2011/ME/ CGCTI/DPGE/SE/REDE CEDES**

Nome do proponente:

Nome do projeto:

Secretaria Executiva

Ministério do Esporte

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, sala 712

CEP 70 054 -906 – Brasília/DF

**12.6.** Após o prazo limite para o encaminhamento de documentação do projeto, nenhuma outra proposta ou informação será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem oficialmente solicitados pelo Ministério do Esporte.

## **13. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** O julgamento das propostas será realizado em duas etapas: a de Pré-qualificação e a de Avaliação de Mérito.

**13.2.** O não atendimento a quaisquer das exigências especificadas pela Chamada Pública para a Préqualificação das propostas implicará na desclassificação automática da proposta.

### **13.3. Pré-qualificação das propostas**

Essa etapa é eliminatória e consistirá no exame formal da proposta, pela CGCTI/DPGE/SE/ME, considerando os seguintes critérios:

**a)** cumprimento do processo de inscrição on-line da proposta e envio da documentação exigida no item 12.2. até a data limite estabelecidas nos itens 11.2 e 11.3 deste Edital;

**b)** cumprimento das condições gerais para participação na Chamada Pública (item 4);

**c)** situação de adimplência da conveniente ou contratante, tanto no SIAFI quanto no SICONS quanto em relação à REDE CEDES;

**d)** adequação da proposta ao objeto deste Edital e às linhas de pesquisa propostas.

**13.3.1.** A CGCTI/DPGE/SE/ME não analisará por propostas de pesquisas que não forem inscritas *on-line*.

### **13.4. Avaliação de Mérito**

**13.4.1.** Etapa de caráter classificatório e eliminatório, na qual a Comissão Avaliadora analisará as propostas pré-qualificadas, considerando os critérios divulgados nesta Chamada Pública, manifestando-se por meio de pareceres sobre recomendação ou não de cada projeto avaliado.

**13.4.2.** A Comissão Avaliadora, composta de pesquisadores doutores especialistas em Esporte e Lazer pertencentes a instituições não concorrentes no presente Edital, será designada pela CGCTI/DPGE/SE, que divulgará o ato no sítio [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br).

**13.4.3.** São **critérios de avaliação (notas e pesos)** a serem considerados pela Comissão de Avaliação:

- a) relevância científica, tecnológica e política do estudo para a gestão pública: nota de 1 a 5 e peso 3.
- b) inovação do estudo para a gestão pública: nota de 1 a 5 e peso 3.
- c) adequação da metodologia ao desenvolvimento do projeto proposto: nota de 1 a 5 e peso 3.
- d) fundamentação teórica da pesquisa proposta: nota de 1 a 5 e peso 2.
- e) clareza e adequação do cronograma físico (metas, atividades, prazos): nota de 1 a 5 e peso 2.
- f) qualificação, competência e adequação do número de membros da equipe executora e do tempo de dedicação dos pesquisadores ao projeto: nota de 1 a 5 e peso 2.
- g) adequação da infraestrutura física das instituições proponente e parceira: nota de 1 a 5 e peso 1.
- h) adequação do orçamento e do cronograma das atividades aos objetivos estabelecidos: nota de 1 a 5 e peso 1.
- i) a avaliação será feita considerando os 8 (oito) quesitos identificados na Tabela de Pontuação, a seguir:

#### Nº Quesitos

##### Nota (1 a 5) - Peso

- a Relevância científica, tecnológica e política do estudo para a gestão pública; **3**
- b Inovação do estudo para a gestão pública; **3**
- c Adequação da metodologia ao desenvolvimento do projeto proposto; **3**
- d Fundamentação teórica da pesquisa proposta; **2**
- e Clareza e adequação do cronograma físico (metas, atividades, prazos) **2**
- f Qualificação, competência e adequação do número de membros da equipe executora e do tempo de dedicação dos pesquisadores ao projeto; **2**
- g Adequação da infraestrutura física das instituições executora e coexecutoras; **1**
- h Adequação do orçamento e do cronograma das atividades aos objetivos estabelecidos; **1**

**A pontuação da proposta (P), será o resultado da soma das notas atribuídas pela Comissão Avaliadora, multiplicada pelos respectivos pesos, conforme a seguinte fórmula:  $P = (a \cdot p)$  Sendo: P = pontuação final da proposta; a = nota do quesito; p=peso do quesito;**

**13.4.4.** Em um primeiro momento, utilizando-se do sistema “duplo cego”, os textos dos projetos a serem avaliados não serão identificados por autores, sendo o mérito dos seus conteúdos analisados por dois pareceristas, que compõem a Comissão Avaliadora, considerando os itens 5.2: a, b, c, d, e, f.

**13.4.5.** Após a avaliação do mérito do conteúdo, a Comissão avaliará a capacidade técnica e operacional do proponente (itens 5.2: g, h, i) das propostas recomendadas, considerando a equipe de trabalho, horas de dedicação à pesquisa, adequação da infraestrutura, do orçamento e do cronograma de ação.

**13.4.6.** Caberá à Comissão Avaliadora analisar as propostas encaminhadas (conteúdo e capacidade técnica/operacional) e emitir pareceres de Mérito com base nos critérios de avaliação divulgados neste Edital.

**13.4.7.** Os projetos recomendados, na forma do item 13.4.6, serão submetidos à apreciação da Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, para homologação dos resultados.

**13.5.** A relação dos projetos aprovados para apoio pelo Ministério do Esporte será publicada no Diário Oficial da União (DOU) e sítio [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br).

#### **13.6. Critérios de Classificação:**

**13.6.1** A classificação dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitando-se o limite dos recursos disponíveis.

**13.6.2.** Em caso de empate na pontuação final será considerada a maior pontuação obtida nos quesitos da tabela de pontuação, descrita no item 13.4.3, na seguinte ordem de prioridade: a,b, c;

**13.6.3.** As propostas não implementadas por desinteresse do proponente serão substituídas pelas demais, conforme a ordem de classificação;

**13.6.4.** Serão rejeitadas as propostas enviadas *on-line*, ainda que dentro do prazo estipulado por este Edital, cuja documentação impressa correspondente não for entregue no prazo estabelecido;

**13.6.5.** A CGCTI/DPGE/SE não analisará as propostas recebidas fora do prazo em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos da rede;

**13.6.6.** É de exclusiva responsabilidade do proponente a entrega completa da documentação impressa no setor de protocolo da CGCTI/DPGE/SE, incluindo os arquivos anexados *on-line*.

**13.6.7.** A falta de qualquer arquivo nas propostas enviadas pela internet, assim como de qualquer documento na versão impressa, desclassificará a proposta;

**13.7.** Após a divulgação oficial dos resultados a CGCTI/DPGE/SE inutilizará as propostas não selecionadas.

#### **14. FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA**

**14.1.** As condições para a contratação de cada projeto serão definidas em função das orientações técnicas, jurídicas e financeiras do Ministério do Esporte, que normatizam a transferência de recursos do Orçamento da União, seguindo



as recomendações da Comissão de Avaliação, de acordo com a qualidade e a quantidade de propostas passíveis de aprovação, obedecendo-se a ordem de classificação das propostas.

**14.2.** Os projetos selecionados serão contratados por meio de instrumento jurídico adequado, a ser elaborado pelo Ministério do Esporte, nos termos descritos pela Portaria Interministerial n. 127/2008 e suas alterações posteriores.

**14.3.** No caso da contratação de projetos por meio de convênios, as instituições selecionadas deverão seguir as orientações do Sistema Nacional de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, que pode ser acessado a partir do sítio [www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br).

**14.4.** As entidades proponentes que estiverem inadimplentes com a prestação de contas referente às pesquisas da Rede CEDES ficam impedidas de estabelecer novos convênios junto à pesquisa nesta Rede.

**14.5.** Os convênios firmados deverão apresentar como produto final:

a) relatório impresso da pesquisa, digitalizado e indexado no Repositório da Rede CEDES, pelo coordenador da pesquisa, após parecer de avaliação da prestação de contas;

b) a entidade deverá encaminhar cópia em formato digital (PDF) e 80% (oitenta por cento) da produção para distribuição da obra pelo Ministério do Esporte.

## **15. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**15.1.** O monitoramento da execução dos projetos contratados será realizado de acordo com as disposições da Portaria Interministerial n. 127/2008, Capítulo V, podendo ser complementado com visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos de avaliação, a critério do Ministério do Esporte.

**15.2.** O ME se reserva ao direito de realizar, periodicamente, acompanhamento da execução do projeto, por meio de formulários específicos a serem remetidos aos coordenadores dos projetos;

**15.3.** Após 6 (seis) meses da liberação dos recursos, deverá ser apresentado ao ME um relatório parcial do desenvolvimento da pesquisa; nessa ocasião, cada pesquisador apoiado por este Edital deverá estar disponível para a apresentação dos resultados parciais;

**15.4.** Ao final do desenvolvimento da pesquisa, a entidade deverá enviar ao ME relatório de cumprimento do objeto (anexo no sítio do ME) junto com o produto desenvolvido;

**15.5.** As instituições convenientes ficam obrigadas ao cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução das etapas descritas no Plano de Trabalho e para a apresentação da Prestação de Contas, nos formatos definidos pelos instrumentos normativos que regem a formalização do objeto.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

a) Os direitos de propriedade sobre os resultados dos projetos e a confidencialidade das informações e conhecimentos gerados na execução das atividades, serão definidos pelas instituições partícipes, no convênio ou instrumento congênere. Os mesmos seguirão as disposições normativas do Ministério do Esporte e deverão ser entregues até a celebração do ajuste financeiro, ou em outra ocasião que for indicada pelo Ministério do Esporte.

b) A inscrição na Chamada Pública implica na aceitação tácita, por parte dos participantes, de todas as normas expressas no presente Edital.

c) Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração o participante que não o fizer até o 2º dia útil após a sua publicação. As impugnações deverão ser encaminhadas à Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, do Ministério do Esporte, Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, sala 712 - CEP 70.054 -906 – Brasília - DF, aos cuidados da Comissão Organizadora da Chamada Pública Rede CEDES/2011.

d) A autoridade competente para aprovação do procedimento impugnatório somente poderá revogar o concurso por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovadas, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

e) Caberá à Coordenação-Geral de Ciência, Tecnologia e Inovação do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, quanto às omissões desta Chamada Pública.

f) As disposições desta Chamada Pública, bem como a proposta da instituição proponente, serão partes integrantes e complementares de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

g) É obrigatória a utilização da marca do Ministério do Esporte, acompanhada de marca do Governo Federal nos materiais de divulgação, mobilização e nas publicações decorrentes da execução do instrumento de parceria celebrado, considerando as Normas de Aplicação da logomarca divulgadas no sítio do Ministério do Esporte ([www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)).

h) A presente Chamada Pública regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Portaria Interministerial n. 127/2008 e suas alterações posteriores, pelos normativos internos do Ministério do Esporte e, no que couber, pelas disposições da Lei n. 8.666/93.

- i) Deverá ser comunicada oficialmente ao ME, pelo pesquisador coordenador, qualquer alteração relativa à execução do projeto apresentado, acompanhada da devida justificativa;
- j) Dúvidas e esclarecimentos sobre este Edital deverão ser enviados (única e exclusivamente) para o endereço eletrônico [redcedes.dctec@esporte.gov.br](mailto:redcedes.dctec@esporte.gov.br);
- k) O prazo para a interposição de recursos para a presente Chamada Pública, será de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data da publicação dos resultados, conforme item 11.4;
- l) Os recursos deverão ser encaminhados para o endereço contido no item 12.5, dentro do prazo estabelecido no item anterior, em documento oficial, assinado pelo dirigente máximo da entidade, ou representante legal devidamente constituído, contendo os itens contestados e respectivas justificativas e argumentações necessárias;
- m) Os recursos apresentados fora do prazo estabelecido não serão conhecidos;
- n) A Secretaria Executiva analisará os recursos interpostos e emitirá Parecer acerca da matéria, no tocante ao seu deferimento ou indeferimento;
- o) As entidades, cujas propostas tiverem seus recursos deferidos, passarão pelos critérios de avaliação do item 13.4.3.

### 17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado final será divulgado no sítio do Ministério do Esporte (<http://www.esporte.gov.br>) e publicado no Diário Oficial da União.

Esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos pelos telefones: (61) 3429-6913, 3429-6903, 3429-6844.

**ORLANDO SILVA**  
MINISTRO

## ANEXO 03 – Pesquisas selecionadas no Edital 2011

**ANEXO II**  
**CHAMADA PÚBLICA 2011**  
**PARA FOMENTO DE PESQUISAS A SEREM DESENVOLVIDAS NA REDE CEDES**  
**ANEXO 1**  
**PESQUISAS APROVADAS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**

1	ESPORTE E LAZER ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO
2	ESPORTE E DIVERSIDADE CULTURAL EM MATO GROSSO: O FUTEBOL ENTRE OS POVOS INDIGENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MT
3	LAZER E ESPORTE EM OURO PRETO E MARIANA: ESTUDO DE EQUIPAMENTOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	MG
4	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO NORTE E NORDESTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PE
5	ESPORTE E LAZER NO CONTEXTO DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS: LIMITES E POSSIBILIDADES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP
6	MEMÓRIA DO ESPORTE DE BRASÍLIA	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	DF
7	O CONTEUDO ESPORTIVO EM PROJETOS SOCIO-EDUCATIVOS: INDICADORES DO IMPACTO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP
8	PRÁTICAS CORPORAIS NOS QUILOMBOS: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	MA
9	O FUTEBOL DO BRASIL PARA O MUNDO: IMPACTOS E LAGADOS DACOPA 2014 NAS PRÁTICAS DE ESPORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	PB

	E LAZER NA		
10	O ESPORTE E O LAZER NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	SC
11	BOLSA-ATLETA NA CATEGORIA ESTUDANTIL: CONCILIAÇÃO ENTRE O ESPORTE E A ESCOLA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ
12	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	PR
13	CONTROLE SOCIAL DO PELC EM CAMPINAS: LIMITES/POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA-UNICAMP	SP
14	MEMORIA DO ESPORTE NA IMPRENSA - SECULO XIX/1900 A 1920	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	RJ
15	DIAGNOSTICO SOBRE AS PRÁTICAS ESPORTIVAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SERGIPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	SE
16	A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE GOIANIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO
17	A INFRAESTRUTURA DE ESPORTE E LAZER DOS MUNICIPIOS EM SANTA CATARINA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	SC
18	A INTERSETORIALIDADES NAS POLITICAS PARA A INFANCIA E JUVENTUDE NO BRASIL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF
19	HISTORIA DO ESPORTE EM GOIAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	GO
20	O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO (PST) PARA NOVOS PÚBLICOS: AVALIANDO O PST UNIVERSITÁRIO E DEFICIENTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN
21	DETERMINANTES ECONOMICOS DA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DESPORTIVAS NO BRASIL	UNISINOS	RS
22	JOGOS ELETRÔNICOS E BRINQUEDOTECA ESCOLAR: UMA RELAÇÃO POSSIVEL?	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC
23	LAZER E CIDADANIA: PROCESSO EDUCATIVO E CAPACITAÇÃO DE ANIMADORAS SÓCIO-CULTURAIS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	DF
24	III CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, O PLANO DECENAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER.	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DF
25	"CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATUAÇÃO EM PROJETOS ESPORTIVOS E SOCIAIS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO E SEGURANÇA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC
26	"GARIMPANDO MEMORIAS DE ESPORTES: MAPEANDO HISTORIAS DE ESPORTIVIZAÇÃO (EIXOS: FUTSAL, VOLEI E BASQUETE)".	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA - PUC - MINAS	MG
27	O ESPORTE NA IMPRENSA SOTEROPOLITANA DA PRIMEIRA METADE DO SECULO XX: A TARDE (1912-1950)	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	BA
28	JOGOS OLIMPICOS E AS TELEVISÕES ABERTAS: QUEM SERÁ "MAIS BRASIL" EM LONDRES/2012?	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	SC
29	A GYMNASTICA, OS EXERCICIOS PHYSICOS E OS SPORTS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: ELEMENTOS PARA COMPREENDER O ENRAIZAMENTO E AFIRMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	MG

	ESCOLAR (1890-1920)		
30	CORPO, SAÚDE E LAZER: PRÁTICAS LÚDICAS E EXPRESSIVAS EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	RN
31	POSSÍVEIS LEGADOS ESPORTIVOS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016: EXPECTATIVAS E PROPOSTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	PR
32	AS POSSIBILIDADES DAS PRATICAS DE ESPORTE E LAZER EM FACE DAS DIVERSIDADES DE NECESSIDADES E DA COMPLEXIDADE CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR DE FRONTEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	MT
33	DIAGNOSTICO DA INICIAÇÃO ESPORTIVA NA CIDADE DE BAURU/SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/BAURU	SP
34	"GESTÃO DE ESPORTE E DE LAZER: ANÁLISE DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER NA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS, ZONA OESTE DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP - LESTE	SP
35	CULTURA DE MOVIMENTO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CURIAÚ, APROXIMAÇÕES FOTOETNOGRÁFICAS COM O COTIDIANO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	AP
36	LUGARES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE LAZER NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	PA
37	"MEMÓRIAS LITORÂNEAS EM ILHAS CAPITAIS: FUTEBOL, REMO E OUTRAS PRÁTICAS ESPORTIVAS EM VITÓRIA-ES E FLORIANÓPOLIS-SC"	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	ES
38	TERRITORIALIDADE LÚDICA GUARANI E KAIOWÁ DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	MS
39	TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: NOVAS ESTRATÉGIAS VISANDO AÇÕES SOCIAIS INCLUSI	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	SP
40	ESTUDO DA SITUAÇÃO DESPORTIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER.	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	ES
41	FORMAÇÃO CONTINUADA DE MILITANTES CULTURAIS DE ESPORTE E LAZER NO CAMPO E NA CIDADE: OS MUTIRÕES E CÍRCULOS POPULARES DE ESPORTE E LAZER EM REDE NO NORDESTE DO BRASIL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	BA
42	ESPORTE NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO E OS PROGRAMAS DE ESPORTE EDUCACIONAL DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GUARULHOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	SP
43	JOGOS E BRINCADEIRAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL - EM BUSCA DE AUTONOMIA E CRIATIVIDADE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP
44	AS REPERCUSSÕES DA FORMA DE AGENCIAMENTO DE EDUCADORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DE PORTO ALEGRE/RS.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS